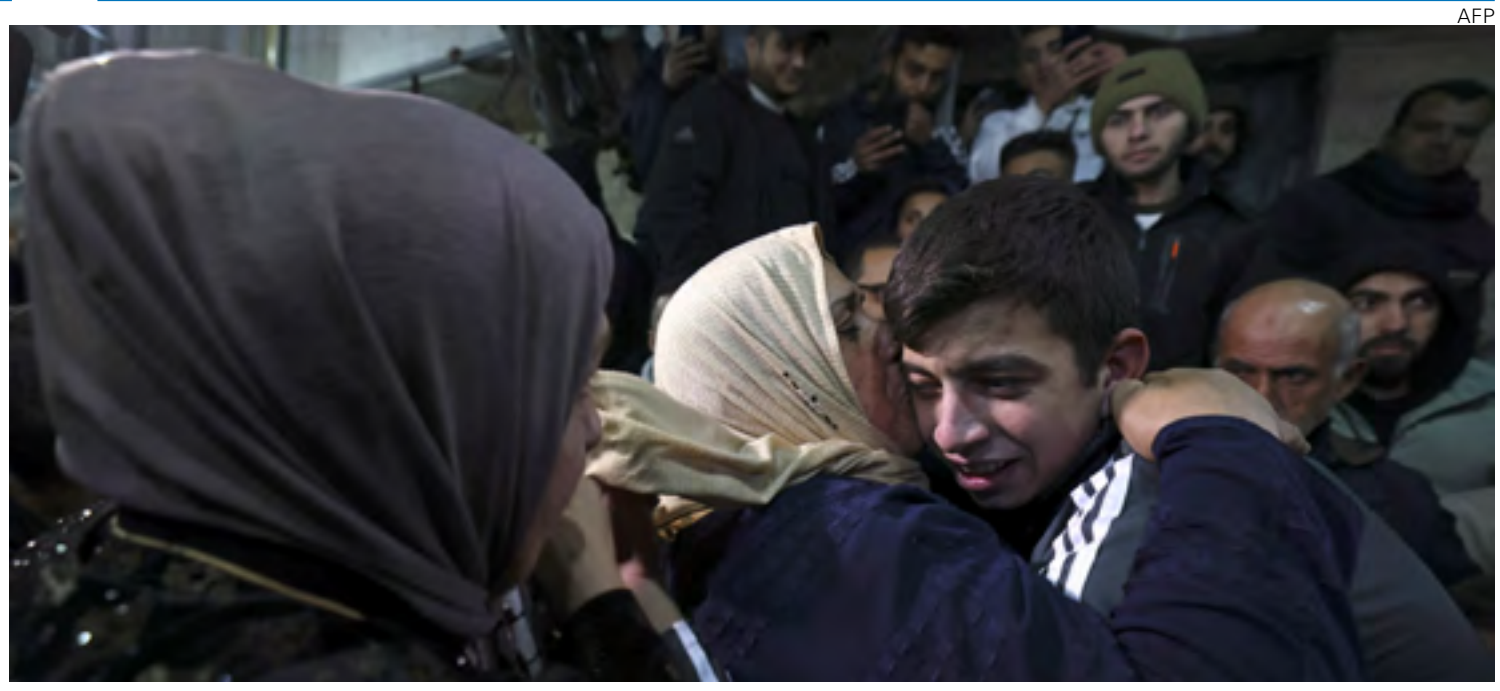
Interrupção do morticínio vai a 6 dias

Palestinos recebem com festa mulheres e crianças libertadas

Secretário-geral da ONU condenou o massacre de crianças por Israel

Nas ruas, buzinaço, bandeiras e brados de vitória saudavam a chegada do ônibus com mulheres, crianças e adolescentes palestinos. Depois, no domingo, foram recebidos por seus familiares em Jerusalém Árabe e na Cisjordânia no terceiro dia de cessar-fogo na Faixa de Gaza e de libertação de prisioneiros que estavam sequestrados nas prisões israelenses por lutarem pela libertação da Palestina. A trégua acertada pelo Hamas e Israel, aós um repúdio internacional inédito ao genocídio realizado em Gaza, está sendo estendida para 6 dias, com a libertação de palestinos e a devolução de israelenses. **Páginas 6 e 7**

AFP



Jovens privados de sua infância pela prisão arbitrária das tropas de ocupação voltam emocionados às suas famílias

HORA DO POVO

ANO XXXIV - Nº 3.933 29 de Novembro a 5 de Dezembro de 2023

AFP

Reprodução

Hamas cumpre acordo e libera mais de 40 israelenses da Faixa de Gaza

Com a liberação do terceiro grupo, já chegou a 40 o número de israelenses soltos pelo Hamas. Na foto, a israelense Maya Regev se despede de quem a conduziu, aparentando ter sido bem tratada. **P. 6**

Criança estava há 8 anos nas prisões de Netanyahu

Muitas crianças são mantidas presas por Israel por anos sem sequer haver uma formalização de denúncia, uma prática fascista abjeta. **Pág. 6**

Lula Marques - ABr

"Para democracia se sustentar, é imprescindível melhorar a vida da população"

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou que a melhor forma de sustentar a democracia é "melhorando a vida da população, com acesso a direitos e oportunidades". "Para a democracia se sustentar na atual quadra histórica, é imprescindível melhorar a vida da população, com acesso a direitos e oportunidades", falou Dino, que foi indicado pelo presidente Lula ao STF. **Pág. 3**

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Ildo: Modelo neoliberal debilitou a fiscalização das privatizadas

HP

O professor Ildo Sauer, Titular do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da Petrobrás, apontou, em entrevista ao HP, que os dois episódios de falta de energia ocorridos recentemente em São Paulo tiveram causas específicas, mas foram provocadas pela lógica neoliberal que mudou o método de gestão e de fiscalização das empresas. A fiscalização afrouxou e os objetivos das concessionárias passaram a ser a busca frenética por superlucros. As agências passaram, segundo Ildo, de uma fiscalização por planejamento e controle para indicadores indiretos. A partir daí, não se fez mais manutenção preventiva. **P. 2**

"Nunca esteve tão precarizada a rede elétrica de S. Paulo", denuncia eletricitário

Eduardo Annunciato Chicão, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia e Meio Ambiente, afirmou ao HP que a rede elétrica em São Paulo "nunca esteve tão precarizada". **Página 5**

Cid detalha como funcionava centro fascista de fakes

Ficava no terceiro andar, ao lado da sala do então presidente, e era dirigido por Eduardo Bolsonaro, que definia os assuntos e os alvos, revelou o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. **Pág. 3**

Produção industrial cai em outubro, aponta Fiesp

Pág. 2

Ildo: modelo neoliberal debilitou a fiscalização das privatizadas

Foto: Reprodução

Ildo Sauer, professor titular do IEE-USP e ex-diretor da Petrobrás

"Aqui em SP, lá na região da Praça da Sé, há postes de ferro fundido que são originários de quando a Light começou a operar aqui em 1899. A Enel não fez manutenção preventiva", apontou o professor Ildo Sauer, sobre os apagões de finados e do dia 13 de novembro

O professor Ildo Sauer, Titular do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da Petrobrás, explicou nesta terça-feira (21), em entrevista ao HP, que os dois episódios de falta de energia ocorridos recentemente em São Paulo tiveram causas específicas, mas foram provocadas pela lógica neoliberal que mudou o método de gestão e de fiscalização das empresas. A fiscalização afrouxou e os objetivos das concessionárias passaram a ser a busca frenética por superlucros.

Segundo Ildo Sauer, a lógica trazida após o Consenso de Washington tirou os engenheiros das empresas e os substituiu por financistas. A gestão fixou-se em cortes de gastos e de pessoal e elevação de bônus dos altos gestores. O resultado foi a queda acentuada da qualidade dos serviços ofertados aos brasileiros e uma das tarifas mais altas do mundo.

As agências passaram, segundo Ildo, de uma fiscalização por planejamento e controle para indicadores indiretos. A partir daí, não se fez mais manutenção preventiva. "O órgão que deveria fiscalizar possui apenas dez engenheiros para fiscalizar as mais de 100 empresas em todo o Brasil", destacou o especialista. "Isso não podia dar certo", sentenciou Ildo Sauer.

Confira a entrevista

HORA DO POVO: Qual é a sua avaliação dos problemas de falta de energia ocorridos recentemente em São Paulo e em alguns outros pontos do país?

ILDO SAUER: Há que explicar os apagões de duas maneiras. Uma, são para os episódios que estão acontecendo agora. Para cada um deles há uma explicação específica. E há uma outra explicação que me parece maior e mais relevante, que é uma análise da fragilidade estrutural no sistema, que está sendo revelada por estes eventos.

Sobre a situação mais imediata, na semana passada nós tivemos ventos acima do esperado, não se esperava ventos acima de 104 km/h, mas, geralmente, postos e redes são dimensionados para aguentar até 150 km/h. Portanto, isso por si só não explicaria a gravidade do problema. Acho que houve uma conjunção de responsabilidades. Todas as prefeituras municipais, inclusive a de São Paulo, são as responsáveis diretas para manter o sistema urbano, fazer a manutenção preventiva das árvores, estado fito sanitário e podas.

Agora, quando as prefeituras não o fazem, cabe às distribuidoras a vigilância imediata sobre o quanto as árvores se aproximam das áreas de risco e tomar as providências. Isso deveria ocorrer pela indústria de riscos que a distribuidora opera, como é o caso da alta tensão.

Portanto, ali, no feriado de finados, houve uma responsabilidade conjunta. Já o episódio do dia 13 de novembro em São Paulo, pelo que o ONS divulgou, foi uma falha, uma instabilidade no sistema de transmissão, que é uma coisa diferente da distribuição.

Isso que nós acabamos de ver em São Paulo, envolvendo a prefeitura e a Enel, é porque lá não houve ação preventiva, com acompanhamento da manutenção preventiva. Porque, se tivesse havido ação preventiva, as consequências seriam muito menores. Não teriam tantas árvores detonadas derrubando as redes.

É importante lembrar que na regulação da Aneel, que é uma regulação à distância, leve, por comparação, não há intervenção direta da Aneel para verificar o estado – e nem tem recursos para isso – dos equipamentos, se os investimentos são feitos. Isso é um problema da filosofia do modelo que foi implantado no Brasil a partir de 1995 e, substancialmente, mantido. Nós tínhamos uma regulação de comando e controle. Isto significava que as empresas tinham que responder ao órgão regulador com seus planos e eram fiscalizados. Agora não. Agora ela usa indicadores indiretos.

HP: Você acha que essas mudanças na filosofia de gestão – adoção de políticas neoliberais – são a causa mais de fundo dessas crises?

ILDO: As consequências da semana passada têm a ver com o modelo estrutural, a ausência da verificação direta por atores sobre o que está sendo investido, o que está sendo feito, há uma pressão muito grande sobre a filosofia de gestão das empresas que é atender, no mínimo necessário, os requisitos de verificação da agência reguladora, que está em Brasília, e extrair o máximo de excedente econômico para dar dividendos para os acionistas.

Essa é a lógica da regulação inaugurada a partir de 1995. Os episódios mais recentes, de ontem, nós estamos saindo do nível da distribuição, que mostrou essa fragilidade aqui na capital, para um outro nível de fragilidade, que é o sistema de transmissão. A subestação de Tijuco Preto é a mais importante, que atende a região metropolitana de São Paulo. Ela traz corrente alternada de Itaipu. Há uma outra equivalente, que é de corrente contínua, que vai até Ibiúna, mas que traz um pouco menos de energia, porque é a diferença entre o que o Paraguai consome e a parte de Itaipu que vem para São Paulo. A outra, do Tijuco, pode trazer até 7 mil MW.

Aparentemente houve um episódio na transmissão, de responsabilidade de Furnas Centrais Elétricas, recentemente privatizada. Também tem sido objeto de avisos dos trabalhadores de que lá tem havido demissões e mudanças na lógica dos quadros de manutenção e operação. Há que se verificar isso. Se está havendo problema na principal linha de transmissão, como tem havido lá no Ceará, como nós acompanhamos há um tempo atrás.

HP: Em sua opinião, está havendo problemas na geração de energia?

ILDO : A única coisa que neste momento parece que não está com problemas é a geração. Porque em função das chuvas, depois de muitos anos os reservatórios estão recuperando seu nível, o que não devia ser uma preocupação porque se também na geração nós fizéssemos o planejamento levando em conta o comportamento estocástico da hidrologia, assim como dos ventos e do sol, também nunca haveria problema lá.

HP: Sobre a responsabilidade da Enel na crise. Foi falta de manutenção?

ILDO : Eu não sei responder, nem a Aneel sabe responder. É isso o que tentei dizer antes. A mudança na filosofia, na forma de fiscalizar e controlar. A partir de 1995, nós copiamos o modelo que foi inspirado pela escola de Chicago no Chile, depois transplantado – regulação por incentivos – na Inglaterra e depois trazido para cá. Foi uma mudança de filosofia na forma de organizar os serviços públicos, como eu disse antes. Antigamente havia em todo o mundo o regime de comando e controle, que significava isso? Não importa se a empresa fosse privada ou fosse estatal, ela tinha que mandar seus planos de investimentos e demonstrar previamente como ela ia atender com qualidade a demanda.

Leia a entrevista na íntegra: https://horadopovo.com.br/modelo-neoliberal-debilitou-fiscalizacao-de-empresas-privatizadas-denuncia-ildo-sauer/

Petrobrás quer "calma" na transição energética e anuncia exploração da Margem Equatorial

O lançamento do plano de investimentos da Petrobrás para os próximos cinco anos (2024/2028), divulgado na quinta-feira (23), que prevê investimentos de R$ 500 bilhões neste período, traz à tona a discussão sobre a importância de uma visão mais realista da exploração e uso de combustíveis fósseis e a velocidade com que o país deve enfrentar os desafios da chamada transição energética.

O mundo inteiro discute esses desafios e os países que apressaram, de forma açodada, a eliminação destes combustíveis, como é o caso da Alemanha, estão tendo que retornar ao uso do carvão. A pressa irrealista acabou, na verdade, agravando os alegados problemas climáticos.

Especialistas afirmam que as energias alternativas, além de ainda não serem economicamente viáveis, apresentam problemas de instabilidade ainda não solucionados. A relação entre a energia gasta e a energia obtida, que é de 20 para 1 com o petróleo e o gás natural, chega, no máximo, a 2 para 1 nas energias eólicas e fotovoltaicas. São desafios que ainda estão postos para a ciência resolver.

O presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, ao anunciar o plano de investimento da estatal, destacou que a "transição energética no Brasil será gradual, sem abrir mão da produção de petróleo e gás".

"Intensificamos os investimentos em baixo carbono com projetos rentáveis para geração de valor no longo prazo. Vamos fazer a transição energética de forma gradual, responsável e crescente, investindo em novas energias e sem abrir mão, de uma hora para outra, da produção de petróleo ainda necessária para atender a demanda global de energia e financiar a transição energética", disse Prates.

Durante os debates ocorridos recentemente na Conferência Amazônica sugiram discursos de que se devia abrir mão já dos combustíveis fósseis e se quis até proibir a exploração da Margem Equatorial brasileira.

A posição do governo brasileiro na ocasião foi contrária a essa forma de se enxergar os problemas do uso dos combustíveis fósseis e da exploração da margem Equatorial. O Ibama, responsável pelos pareceres, ainda não autorizou a estatal a fazer as pesquisas necessárias para a exploração da Margem Equatorial.

Se contrapondo aos que não querem a exploração desta região, que fica em alto mar, a 500 km da foz do Amazonas, o dirigente da Petrobrás anunciou que "nos próximos 5 anos serão destinados US$ 7,5 bilhões para projetos de exploração, sendo US$ 3,1 bilhões para exploração na Margem Equatorial".

"A Petrobrás está voltando a investir em projetos de novas energias. Vamos escolher projetos rentáveis, priorizando parcerias para redução de risco e compartilhamento de aprendizados. Com esta nova frente [a Margem Equatorial], queremos também desenvolver as vantagens competitivas regionais do Brasil", comentou Prates.

Há também uma cobrança de que o país invista mais no refino de derivados já que os planos de "desinvestimentos", aplicados nos últimos anos, e agravados pelo bolsonarismo, reduziram a capacidade de produção interna de combustíveis, provocando aumento das importações e instabilidade de preços com penalização dos consumidores brasileiros.

Neste sentido, a previsão, segundo Prates, é de um "aumento de capacidade de processamento em 225mbpd (milhões de barris por dia).

Leia mais: https://horadopovo.com.br/petrobras-quer-calma-na-transicao-energetica-e-anuncia-exploracao-da-margem-equatorial/

Iedi alerta para efeitos dos juros elevados e estagnação da economia no 3º trimestre

Em relação ao segundo trimestre, "a indústria e o varejo ficaram estagnados, isto é, registraram 0% de resultado. Já os serviços variaram apenas +0,1%"

Foto: Gilson Abreu/AEN-PR

O mês de setembro destacou-se pelo "baixo dinamismo em todos os grandes setores da economia", de acordo com análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, com base nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No mês, na comparação com agosto, a produção industrial variou tão somente +0,1%, já descontados os efeitos sazonais, enquanto as vendas reais do comércio varejista e o faturamento dos serviços registraram +0,2% e -0,3%, respectivamente.

Com o resultado de setembro, o Iedi cita que o desempenho da economia no terceiro trimestre "não foi bom, ainda que já se esperasse alguma acomodação vis-à-vis a evolução da primeira metade do ano".

Na segundo trimestre deste ano, corrigidos os efeitos sazonais, "a indústria e o varejo ficaram estagnados, isto é, registraram 0% de resultado. Já os serviços variaram apenas +0,1%".

O instituto cita a previsão para o desempenho da economia pelo Banco Central, com o IBC-Br registrando queda de -0,6% no terceiro trimestre frente ao trimestre anterior. O índice é considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB), divulgado oficialmente pelo IBGE. E o Boletim Macro Fiscal do Ministério da Fazenda, divulgado esta semana, que prevê um resultado com ajuste sazonal de 0,0% no terceiro trimestre. No boletim, o ministério reviu o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de 2023 de +3,2% para +3,0%.

"Ou seja, passado o impulso derivado da supersafra agrícola do início do ano, que tendia mesmo a se dispersar rapidamente devido ao baixo multiplicador macroeconômico do setor, e normalizadas as atividades dos serviços com a superação da pandemia de Covid-19, a economia brasileira vem carecendo de fontes de dinamismo", ressalta a entidade em nota divulgada na sexta-feira (24).

JUROS ELEVADOS

"Também se fazem presentes os efeitos negativos de uma conjuntura de elevadas taxas de juros, prejudicando notadamente atividades associadas a bens duráveis, como a indústria e alguns ramos do comércio varejista", diz.

"Quanto aos macrossetores industriais, os destaques negativos cabem àqueles cujo mercado demanda algum tipo de financiamento, seja das famílias seja das empresas, em condições adequadas de prazo e juros para se dinamizar. As elevadas taxas de juros ainda praticadas no país constituem um importante obstáculo ao crescimento desta parcela da indústria", manifestou o Iedi (Carta 1233) na semana anterior ao analisar o "quadro de estagnação" da indústria após o resultado da produção industrial divulgada pelo IBGE.

O Iedi destaca que na comparação com o ano passado, "a produção física da indústria evitou o terreno negativo, mas nem por isso cresceu. Registrou 0% de resultado no 3º trim/23, tendo em bens de capital (-14,1%) e bens de consumo duráveis (-1,1%), seus piores casos".

Regionalmente, metade dos parques industriais registrou perda de produção e entre os quais estão parques de destaque das regiões Sudeste e Sul e o Nordeste.

"Por sua vez, o setor de serviços, que vinha liderando a expansão na primeira metade do ano, pisou no freio", ressaltou. No terceiro trimestre, o volume de serviços variou +1,0%, decorrente de desacelerações em todos os setores pesquisados pelo IBGE. No primeiro trimestre deste ano, acumulava crescimento de 5,5%.

Na avaliação do Iedi, o comércio varejista não se saiu mal em comparação com o ano passado, graças à desaceleração da inflação e melhoria do emprego e ao programa de redução de impostos de veículos. Ambos os fatores têm dinamizado ramos de grande peso para o setor, com destaque para as vendas de veículos e autopeças de supermercados.

Fiesp aponta queda na produção em outubro

Em outubro, o volume da produção industrial do estado de São Paulo registrou 49,2 pontos, o que indica queda na produção, segundo a Sondagem Industrial realizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os "industriais paulistas mantêm a percepção de queda do volume de produção em outubro", apesar da alta de 2,4 pontos em comparação a setembro (46,8 pontos)", destaca a Fiesp. Quando os indicadores de sondagem da Fiesp estão abaixo de 50 pontos, significa que houve recuo. Superior a 50 pontos, indica expansão.

A produção industrial paulista, o maior parque industrial do país, acumula queda de -1,4% de janeiro a setembro, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao analisar o resultado da produção industrial nacional de setembro, de apenas 0,1% frente a agosto, a Fiesp destacou que "o resultado foi puxado pela indústria extrativa (+5,6%), dado que a indústria de transformação registrou queda (-0,3%)".

"Os resultados da produção industrial até setembro foram caracterizados por variações pouco expressivas. De forma geral, registraram-se altas e baixas moderadas, que acabam se anulando nos resultados acumulados no ano. O fôlego tem sido curto para recuperar os níveis pré-pandemia. Concorrem entre os fatores explicativos elementos em nível nacional e internacional. No âmbito doméstico, a atividade industrial sente os efeitos do forte aperto monetário".

De acordo com o levantamento, o número de empregados na indústria finalizou o décimo mês de 2023 em 49,6 pontos, sendo um resultado superior (+0,3 ponto) a setembro (49,3 pontos). "Com este resultado", afirma a Fiesp, "permanece o indicativo de contração dos empregos".

Já o indicador de Utilização da Capacidade Instalada (UCI) recuou em 1,0 ponto percentual na passagem de setembro e outubro, ao variar de 74,0% para 73,0%, resultado que também foi obtido na leitura de outubro de 2022.

Em outubro, ainda, os estoques do setor permaneceram mais um mês muito acima do desejável (55,2 pontos). "Reforça a marca negativa, o fato deste ser o maior valor registrado para o indicador desde julho de 2015 (56,0 pontos). O último registro com os estoques dentro do planejado ocorreu em fevereiro/19 (50,1 pontos)", ressaltou a Fiesp.

Com os juros elevados, com a taxa Selic em 12,25% a.a., alta o bastante para restringir a oferta de crédito e o consumo de bens e serviços no país, as expectativas do empresariado paulista com a economia seguem pessimistas, segundo Índice de Confiança do Empresário Industrial paulista (ICEI-SP).

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Lula denuncia os rentistas e barreiras ao desenvolvimento

Tom Costa/MJSP

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Flávio Dino: "para a democracia se sustentar, é imprescindível melhorar a vida da população"

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou que a melhor forma de sustentar a democracia é "melhorando a vida da população, com acesso a direitos e oportunidades".

"Para a democracia se sustentar na atual quadra histórica, é imprescindível melhorar a vida da população, com acesso a direitos e oportunidades", falou o ministro.

"Tais resultados são os melhores escudos contra o aumento da espetacularização da política e os abusos por meio das novas tecnologias", continuou.

Dino publicou o comentário nas redes sociais depois da confirmação da vitória de Javier Milei, de extrema-direita, contra Sergio Massa nas eleições presidenciais da Argentina.

Javier Milei tem sido comparado ao ex-presidente Jair Bolsonaro, uma vez que disputou as eleições com um suposto discurso "anti-sistema". Eduardo Bolsonaro, filho de Jair, esteve na Argentina para apoiar Milei.

Milei já declarou que pretende privatizar estatais de comunicação e de petróleo, a YPF, e dolarizar a economia argentina, submetendo o país ao banco central dos Estados Unidos, o Federal Reserve.

Sergio Massa, por outro lado, é o atual ministro da Economia do governo de Alberto Fernández.

Presidente indica seu ministro da Justiça para ocupar vaga no STF

O presidente Lula anunciou nesta segunda-feira (27) a indicação do ministro da Justiça, Flávio Dino, para ocupar a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) após reunião realizada nesta manhã.

Dino assumirá a vaga de Rosa Weber e herdará 345 processos que ainda estavam em aberto no gabinete da ministra.

Rosa Weber se aposentou no fim de setembro após completar 75 anos, idade máxima para o cargo.

"O presidente Lula me honra imensamente com a indicação para Ministro do STF. Agradeço mais essa prova de reconhecimento profissional e confiança na minha dedicação à nossa Nação. Doravante irei dialogar em busca do honroso apoio dos colegas senadores e senadoras. Sou grato pelas orações e pelas manifestações de carinho e solidariedade", escreveu Flávio Dino nas redes sociais.

O presidente também indicou o procurador Paulo Gustavo Gonet Branco para encabeçar a Procuradoria-Geral da República (PGR).

Em nota, a Secretaria de Comunicação (Secom) informa que o "presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhou, nesta segunda-feira, 27 de novembro, ao presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, as indicações de Flávio Dino ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal e de Paulo Gonet ao cargo de procurador-geral da República".

Os nomes já foram enviados ao Senado onde serão sabatinados. Após a sabatina, os nomes indicados precisam ser aprovados pelo plenário do Senado com pelo menos 41 votos favoráveis.

Leia a nota do governo na íntegra:

Presidente Lula indica Flávio Dino ao STF e Paulo Gonet à PGR

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhou, nesta segunda-feira, 27 de novembro, ao presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, as indicações de Flávio Dino ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal e de Paulo Gonet ao cargo de procurador-geral da República.

Atual ministro da Justiça e Segurança Pública, o maranhense Flávio Dino tem 55 anos e ampla experiência no setores público e privado. Graduado em direito pela Universidade Federal do Maranhão em 1991 e mestre pela Universidade Federal de Pernambuco em 2001, já atuou como advogado, professor, político e magistrado. Foi eleito senador da República no pleito de 2022 e exerceu os cargos de governador do Maranhão (2015 a 2022), deputado federal (2007 a 2014) e presidente da Embratur (2011 a 2014). Entre 1994 e 2006, ocupou a função de Juiz Federal da 1ª Região e foi presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil de 2000 a 2002.

Nascido em 16 de agosto de 1961 no Rio de Janeiro, Paulo Gustavo Gonet Branco graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) em 1982, concluindo mestrado em Direitos Humanos na Universidade de Essex em 1990 e doutorado em Direito, Estado e Constituição na UnB em 2008. Com Gilmar Ferreira Mendes e Inocêncio Mártires Coelho, fundou em 1998, em Brasília, o Instituto Brasiliense de Direito Público, atual Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Tem trajetória no Ministério Público Federal desde 1987, atuando como subprocurador-geral da República. Desde julho de 2021, é vice-procurador-geral eleitoral.

Ricardo Stuckert/PR

É preciso governar para os mais pobres e mais desamparados, defendeu o presidente

Zema deixa dívida disparar, quer torrar estatais e Lula cobra: "não compareceu a nenhuma reunião"

O presidente Lula cobrou o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), por não ter se reunido com o governo federal para discutir o pagamento da dívida, por parte do Estado, de R$ 161 bilhões que se acumularam nos anos da sua gestão.

Enquanto isso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Tadeu Martins Leite (MDB), se adiantaram e apresentaram propostas para quitar a dívida em reunião com Lula e o ministro Fernando Haddad.

Em um vídeo gravado durante a reunião com Pacheco, na terça-feira (21), o presidente Lula disse que "é importante lembrar que o governador de Minas Gerais [Romeu Zema] não compareceu a nenhuma reunião, ele mandou o vice".

"Temos interesse que todos os Estados cumpram o que está na lei para que a gente possa ver esse país voltar à tranquilidade e normalidade. Espero que o governador compareça para conversar com o ministro da Fazenda [Fernando Haddad]", continuou.

"Nós queremos resolver o problema, só espero que haja boa vontade do governador de fazer um acordo que seja razoável aos olhos da sociedade mineira e do povo brasileiro", completou Lula.

O governo de Romeu Zema defende que a dívida seja paga a partir do Regime de Recuperação Fiscal. Rodrigo Pacheco, por outro lado, entende que esse plano prejudica os servidores públicos de Minas impedindo reajustes salariais e promoções.

"Minas tem uma dívida de, hoje, R$ 160 bilhões fruto de um acúmulo ao longo do tempo e, sobretudo, nos últimos cinco anos em que absolutamente nada foi pago", argumentou Pacheco na reunião.

"O que nós estamos fazendo agora é apresentando uma proposta alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal, justamente com esse intuito de fazer com que não haja sacrifício dos servidores públicos, que já estão muito sacrificados, que não haja uma privatização de qualquer forma dessas empresas estatais que são ativos e propriedade dos mineiros e das mineiras", acrescentou.

As propostas apresentadas por Pacheco vão desde a federalização da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e outros órgãos estaduais até o uso de ativos judiciais, como os referentes às tragédias de Mariana e Brumadinho.

Em seu segundo mandato como governador de Minas, Romeu Zema se escanteou na discussão.

Foi somente depois da cobrança pública feita por Lula que Zema se reuniu, na quarta-feira (22), com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar da dívida do Estado com a União. Pacheco também participou da discussão.

Romeu Zema falou que está "de acordo" com as propostas apresentadas por Pacheco ao governo federal. As propostas estão na mão do Ministério da Fazenda, que deverá fazer uma análise.

Segundo Pacheco, "foi uma conversa muito positiva, muito produtiva. Acredito que o governador Zema gostou da ideia. Agora vai tratar com o ministro Haddad dos termos dessa proposta".

Em áudios, Queiroz exige ajuda e ameaça os Bolsonaros: "eu vou pro pau mesmo"

O ex-assessor de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e "gestor" do esquema de rachadinhas, Fabrício Queiroz, enviou áudios para um amigo do senador cobrando mais ajuda financeira, sob ameaça de "ir pro pau" e dar mais detalhes dos crimes da família Bolsonaro dos quais tem conhecimento.

Os áudios, obtidos e divulgados pelo site Metrópoles, foram enviados por Queiroz para Alexandre Santini, que foi sócio de Flávio Bolsonaro em uma loja de chocolates suspeita de lavar dinheiro.

Fabrício Queiroz faz ameaças explícitas e diz saber sobre outros esquemas criminosos do grupo próximo ao senador Flávio Bolsonaro. O objetivo do ex-assessor era conseguir um "empréstimo" com Santini, que seria pago diretamente por Flávio, a quem chama apenas de "amigo".

Queiroz e Flávio Bolsonaro foram denunciados pelo esquema de rachadinha, quando o parlamentar rouba parte do salário dos assessores, mas o caso foi arquivado depois que todas as provas foram anuladas.

Nas mensagens para Santini, Queiroz faz questão de dizer que está "pulando uma fogueira" e com problemas financeiros, mas cobra apoio dos amigos e do ex-chefe.

"Então, cara, tô precisando de uma grana emprestada aí e depois eu vejo com o amigo lá para te pagar aí, cara. O único que não virou as costas pra mim foi o amigo", disse Queiroz se referindo a Flávio Bolsonaro.

"Eu não quero mandar mensagem para ele uma vez que está tendo esse problema aí com o Brasil, né, cara?", continuou. "Não sei como é que vai ficar isso aí. Eu sei que eles estão em uma sinuca de bico do caralho".

"Então, cara, se você puder sinalizar aí. Eu não sei como é que você tá. Você é amigo dele. Eu peço a você que faça o contato com ele, porque eu não quero mandar mensagem por telefone aqui, tendo em vista esses problemas que tá acontecendo com o Brasil", insistiu.

Ainda durante a conversa, Fabrício Queiroz se queixa que sua família não está recebendo espaço nos cargos comissionados, como era de costume. Ele se sentiu enganado porque seus filhos Felipe e Nathália só receberam um salário de um esquema envolvendo o Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj).

Queiroz também reclamou do ex-secretário dos Esportes do Rio, Gutemberg Fonseca, que chegou ao cargo por indicação de Flávio Bolsonaro.

"Meus filhos, o Felipe e a Nathália, foram enganados, entendeu? Esse filho da puta desse Gutemberg Fonseca (...) Ele empregou minha filha e meu filho, um mês de salário e mandaram embora. Mandaram embora, não. Pagaram uma vez, estourou o negócio da Ceperj lá e aí cortaram o salário do meu filho e da minha filha. Minha família, que eu tô vendo, está sendo tratada igual lixo, cara. Igual lixo", reclamou.

"Governar para pessoas que compõem a maioria desse país, que são as pessoas que labutam das 5 da manhã às 10h da noite para ganhar o pão de cada dia", disse o presidente Lula

O presidente Lula afirmou, na sexta-feira (24), que contratar obras como viadutos e pontes é fácil, mas governar para negros e pobres é difícil. Antes, no mesmo discurso, ele havia dito que governar não é difícil.

"Governar um país não é difícil se o governante souber para quem ele quer governar. Se ele souber e não esquecer de onde ele veio e para onde ele vai voltar", declarou o presidente da República, em discurso no Palácio do Planalto.

"Eu queria que vocês compreendessem que governar para pobre, governar para negro, governar para a periferia, governar para pessoas com deficiência, governar para pessoas que compõem a maioria desse país, que são as pessoas que labutam das 5 da manhã às 10h da noite para ganhar o pão de cada dia... para governar esse país é muito difícil", disse o presidente.

A maior parte da renda nacional está indo para o bolso dos parasitas da especulação, para fora do país, através da remessa de lucros e dividendos de bancos e multinacionais e para os cofres dos grandes sonegadores de impostos. Todas as vezes que um governo tenta investir no crescimento econômico, na melhoria dos serviços públicos, na criação de empregos e no fim da pobreza, ele é atacado por esses setores que vivem da agiotagem e da ganância por superlucros.

A força desse setor parasitário da sociedade fica patente nas atuais taxas de juros reais praticadas pelo Banco Central. Com quedas homeopáticas em suas taxas, o Brasil tem a maior taxa de juros reais do mundo, o que inviabiliza o crescimento, a produção e o consumo da população.

Entre juros e amortizações, o governo federal gasta todos os anos com os especuladores mais da metade o Orçamento da União. Esse gasto não é criticado pelos magnatas e seus porta-vozes, mas, se o governo construir um hospital público, anunciar investimentos públicos ou pagar melhores salários para servidores, aí, ele é "gastador", irresponsável, etc. Lula tem razão. É muita hipocrisia, e o governo precisa agir contra tudo isso.

"Muito fácil é contratar um viaduto, muito fácil é contratar uma ponte. Se bem que tudo isso é muito importante para o País. Muito fácil é contratar até uma ferrovia. Muito fácil até fazer uma universidade. Difícil é você lembrar que tem gente que não vai usar essa estrada, que não vai usar essa ferrovia, que não vai nessa universidade, e que você precisa ir até elas para dizer 'se vocês não podem vir até mim, eu venho até vocês'", completou o presidente.

Mauro Cid detalha funcionamento do "bunker fascista" do Planalto fabricante de mentiras

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), deu detalhes, em depoimento à Polícia Federal (PF), de como funcionava o bunker fascista onde eram fabricados os ataques criminosos e mentiras contra a oposição, a democracia e à integrantes do Supremo e outros órgãos.

Cid afirmou que Bolsonaro era o responsável por postar no próprio perfil no Facebook, enquanto o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) e os três assessores cuidavam do Twitter, do Instagram e de outras redes sociais do ex-chefe do Executivo. Cid citou os nomes de José Matheus Sales Gomes, Mateus Matos Diniz e Tércio Arnaud Tomaz, , como integrantes do esquema criminoso.

Segundo Mauro Cid, os três assessores usavam uma sala do Palácio do Planalto para produzir as fake news contra instituições democráticas. O ex-presidente era responsável por difundir os conteúdos, que eram feitos para inflamar apoiadores, segundo Mauro Cid. O "bunker" ficava no terceiro andar do Palácio do Planalto, ao lado da sala da Presidência.

A íntegra dos depoimentos de Cid não é pública, porém trechos das suas declarações à PF já foram divulgadas. Já foi revelado que Cid deu informações sobre outros casos em que Bolsonaro esteve envolvido: a venda ilegal das joias sauditas, a fraude nos cartões de vacina no sistema do Ministério da Saúde e a tentativa de golpe de Estado após a divulgação dos resultados das eleições do ano passado.

Como ajudante de ordens, Mauro Cid teve acesso livre ao Palácio do Planalto e esteve ao lado do Bolsonaro em entrevistas, lives, reuniões e em salas de cirurgias, sendo seu "faz-tudo" nos quatro anos do governo passado.

Mauro Cid foi preso no dia 3 de maio, nas investigações sobre a falsificação de carões de vacinação. Ele admitiu sua participação nas fraudes dos cartões de vacina e afirmou que Bolsonaro foi o mandante. O ex-ajudante de ordens também admitiu que entregou uma parte do dinheiro proveniente do esquema ilegal de venda de joias no exterior a Bolsonaro.

Ele também informou à Polícia Federal sobre a reunião de Bolsonaro com a cúpula das Forças Armadas, após o segundo turno das eleições presidenciais, para pedir apoio para um golpe de Estado. Ele queria reverter o resultado das urnas que elegeu Lula para a Presidência da República. Na minuta do golpe, estava prevista a intervenção no TSE e prisão de ministros.

Por 9 a 1, Supremo mantém Zambelli ré por ameaçar jornalista negro com arma de fogo

Por 9 a 1, o STF (Supremo Tribunal Federal) manteve, nesta sexta-feira (24), a decisão que tornou ré a deputada bolsonarista Carla Zambelli (PL-SP). Na tarde desta quinta-feira (23), os ministros já tinham formado maioria.

Mesmo assim, o julgamento, no plenário virtual, só terminou às 23h59 desta sexta-feira. No virtual, os ministros apresentam os votos de forma eletrônica, sem a necessidade de sessão presencial de debates.

Em agosto, o STF decidiu abrir ação penal contra Zambelli por porte ilegal de arma e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo.

A deputada foi denunciada pela PGR (Procuradoria-Geral da República) após o episódio de outubro do ano passado, na véspera do segundo turno, quando Zambelli discutiu com apoiador do então presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em rua de bairro nobre de São Paulo.

A deputada federal perseguiu o jornalista negro, Luan Araújo, com arma em punho no centro de São Paulo.

A defesa da parlamentar recorreu da decisão e alegou que, como ela tinha porte de arma, não fica configurada nenhuma atitude criminosa.

O relator do caso, ministro Gilmar Mendes, defendeu a rejeição do recurso. "A decisão de admissão da denúncia explicitou compreensão conforme a qual a existência do porte, nas circunstâncias fáticas narradas pela incoativa, pode não afastar a existência do delito", escreveu o ministro na decisão.

O voto de Gilmar Mendes foi seguido pelos ministros Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Edson Fachin, Dias Toffoli, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e André Mendonça.

O ministro Nunes Marques, por sua vez, votou pela rejeição da denúncia. Ele entendeu que não houve indícios de crime, já que a deputada tinha porte de arma.

1ª Mostra de Cinema Popular Chinês do CPC-UMES:

"Povo brasileiro de braços abertos à cultura da China"

"O futuro pertence a essa integração cultural, econômica e social que nós temos", celebrou o curador 1ª Mostra de Cinema Popular Chinês, Lucas Chen

Na noite da última quinta-feira (23), o Cine-Teatro Denoy de Oliveira sediou o início de uma nova mostra que apresentará ao público a construção cinematográfica de um povo milenar.

A estreia da 1ª Mostra de Cinema Popular Chinês, organizada pelo CPC-UMES em parceria com o Instituto Confúcio e o Instituto de Amizade Brasil-China, lotou o cine-teatro que é polo cultural do Bixiga.

A abertura da mostra foi um sucesso, com a presença de personalidades entre eles, os representantes da Associação Chinesa no Brasil, o Consulado Geral em São Paulo, representado pelo chefe da Seção de Assuntos Bilaterais do Consulado, Zhuang Su, e o vice-cônsul da Seção de Assuntos Bilaterais, Liu Gai. A Agência Xinhua e o canal CGTN também participaram da cobertura do evento.

"Foi um evento muito bom que inclusive demonstrou que o povo brasileiro está de braços abertos para receber a cultura chinesa. Isso quer dizer que o futuro pertence a essa integração cultural, econômica, social que nós temos", avaliou o curador da Mostra, Lucas Chen.

O presidente da UMES, Lucca Gidra, considerou que a 1ª Mostra de Cinema Popular Chinês não é apenas a concretização do trabalho, mas sim, o início de uma nova fase. "Tem muita coisa boa ainda por vir, tem muita coisa pra gente fazer, pra gente falar, pra gente conhecer sobre a China e pra gente fortalecer nossa relação, aprender, sobre esse país e é do outro lado do mundo, mas que diz muito sobre a gente e que tem muito a contribuir com o Brasil e a gente a contribuir com a China", disse.

HISTÓRIA DE UM POVO MILENAR

André Ye, representante da Agência Brasil China e do Instituto dos Brics, agradeceu a todos pelo interesse pela cultura milenar chinesa. "A China tem cinco mil anos de história. A única civilização que teve continuidade até hoje. Por isso que eu quero fazer esse agradecimento por essa diferença da nossa cultura, pela nossa história".

Ele chamou a atenção para a escolha dos filmes que serão exibidos, destacando dois deles: "Herói" (2002), que faz uma abordagem do processo de unificação da China durante o Império Chin e o épico "Guerra do Ópio", também do diretor Xie Lin.

"Um filme que retrata uma humilhação histórica e secular a China sofreu no século dezenove no contexto do período de neocolonialismo europeu, quando eles voltaram o seu olhar para a Ásia e principalmente para o leste asiático, fazendo uso do ópio trazido pelos ingleses do Afeganistão para a China e impor isso ao povo chinês. O filme mostra um pouco disso: os esclarecidos, pessoas que combateram esse tráfico e essa humilhação que a China sofreu.

HUMANIDADE COMPARTILHADA

Em seu discurso de agradecimento, Lucas Chen relembrou a construção coletiva da Mostra que já dura mais de dois anos e que junto a este trabalho foram desenvolvidas outras criações como o canal "ChinaCast", todos com o objetivo de apresentar a rica cultura chinesa ao público brasileiro.

"Há dois anos fazemos a busca dos filmes para poder apresentar o que há de melhor na cinematografia chinesa ao nosso público. O nosso intuito com a China foi justamente pegar o que há de mais significativo das gerações de diretores chineses. A tradição chinesa separa os cineastas em gerações. Então escolhemos uma seleção de diretores também para apresentar um pouco da cinematografia ao longo da história", disse Chen.

O curador da Mostra ressaltou que a mostra ocorre em um período muito importante para a história da humanidade. "Nosso objetivo com a mostra é não somente apresentar a cultura chinesa, mas também nos aproximar de uma realidade social que contribui e muito para que a humanidade possa ser e viver num lugar melhor", destacou.

"Eu acho que isso que a gente realiza hoje é uma demonstração de que é possível viver como os chineses dizem num futuro de humanidade compartilhada e que a gente tenha responsabilidade sobre os nossos atos, mas que a gente também possa viver livre de opressões. E isso os chineses se entendem bem vocês possam ver isso ao longo dos nossos filmes", pontuou Lucas Chen.

PROGRAMAÇÃO

O filme exibido na abertura, a comédia do cineasta homenageado pela Mostra, Xie Jin, "Grande Li, Pequeno Li e Velho Li", de 1962, divertiu o público presente do início ao fim da sessão. O filme mostra de forma descontraída a importante visão chinesa de aliar a prática de atividades físicas ao trabalho nas fábricas após a Revolução, explorando a vontade dos trabalhadores de transformar as suas relações e conquistando a adesão dos mais velhos para a prática esportiva.

Xie Jin se dedicou a gravar os mais variados gêneros, da comédia à guerra, passando por dramas e épicos. Com referências no Realismo Socialista da União Soviética e no Neorrealismo Italiano, o diretor ajudou a influenciar o cinema chinês usando as raízes populares das óperas de Sichuan e Shaoxing. Fundou e foi o primeiro reitor da Escola de Cinema e Televisão e Mídia da Universidade Normal de Shangai, que recebeu seu nome em homenagem. Em sua memória, exibiremos duas obras de sua cinematografia, sendo elas sua única comédia - "Grande Li, Pequeno Li e Velho Li", e o mundialmente conhecido "Guerra do Ópio".

APRESENTAÇÕES CULTURAIS

O terceiro dia da Mostra de Cinema Popular Chinês foi marcado por uma verdadeira imersão na cultura chinesa. Uma série de apresentações musicais, de dança e artes marciais promovida pelo Instituto Confúcio da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e dirigida pelo professor Qinxiang Gao empolgou o público que lotou o Cine-Teatro Denoy de Oliveira.

Ao longo da tarde de sábado (25), os visitantes da mostra conheceram uma série de instrumentos tradicionais além de danças típicas que mostraram um pouco da cultura milenar chinesa.

"A China é uma civilização antiga, um país de etiqueta e a cultura chinesa tem uma longa história. Os professores do Instituto Confúcio na Unicamp, vestidos com trajes tradicionais chineses Hanfu, para se mostrar a etiqueta chinesa calorosa e hospitaleira com a dança", destacam os professores do Instituto.

Lucas Chen agradeceu ao professor Qinxiang Gao pelo apoio à realização da Mostra de Cinema. "Professor Gao foi o nosso parceiro desde o início. Estamos a dois anos realizando esse trabalho pra selecionar os melhores filmes para traduzir a realidade da China. E desde o início, quando a gente se conheceu, ele sempre foi entusiasta de nos apresentar o que há de melhor na cultura chinesa", destacou o curador da Mostra.

1ª Mostra de Cinema Popular Chinês foi realizada no Cine-Teatro Denoy de Oliveira

Lucas Chen junto ao chefe da Seção de Assuntos Bilaterais do Consulado da China, Zhuang Su, e o vice-cônsul da Seção de Assuntos Bilaterais, Liu Gai

Professor Qinxiang Gao apresenta o tradicional instrumento "Guzheng"

Dança do Dragão: Performance realizada nas festas de celebração chinesas

Publico lotou o Cine-Teatro para a 1ª Mostra de Cinema Popular Chinês

Congresso de comissões da Alesp

Comissão da Alesp atropela discussão e aprova projeto de Tarcísio para privatizar Sabesp

De forma acelerada e sem qualquer debate, o projeto de privatização da Sabesp de Tarcísio foi aprovado nas comissões da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e agora deverá ser votada no plenário. A base do governo pretende aprovar a entrega da principal empresa de saneamento do país aos interesses privados no dia 6 de dezembro.

Nesta quarta-feira (22), parlamentares do chamado "congresso de comissões", colegiado que reúne as comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Orçamento e Planejamento e Infraestrutura, aprovaram o relatório do deputado Barros Munhoz (PSDB), que traz poucas mudanças em relação ao texto original enviado em outubro pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A aprovação do projeto no colegiado foi utilizada como manobra porque reúne comissões permanentes da Alesp com o objetivo de acelerar a deliberação de projetos, sem avaliação e sem discussão do texto em cada uma delas.

O Projeto de Lei (PL) a ser votado pelos deputados estaduais é apenas 'autorizativo'. Ou seja, libera a venda da empresa por parte do governo do Estado, como um cheque em branco. Os detalhes sobre a modelagem ainda serão definidos por Tarcísio. O PL não aponta, por exemplo, por quanto a empresa será vendida, o que foi alvo de críticas.

"O governo quer aprovar a privatização antes de concluir o estudo. A consultoria contratada só apresentou um relatório. O resto, com a informação do valor de venda inclusive, só será apresentado no ano que vem", disse o deputado Paulo Fiorilo, do PT.

"Nem o valor da participação do estado o governo definiu. Diz que será entre 15% e 30%. Também não garante se a Sabesp continuará com atendimento presencial em todas as cidades ou se vamos entrar na era do 0800 e das plataformas digitais, como fez a Enel", continua Fiorilo.

LECI: PROMESSA DE REDUÇÃO DA TARIFA É MENTIROSA

A deputada Leci Brandão (PCdoB) alertou para o impacto da privatização para o povo de São Paulo. "A Sabesp é uma construção e um patrimônio de toda a população de São Paulo. Somos contra a privatização porque consideramos que a água é um direito humano e deve ser garantido para todas as pessoas", disse Leci.

Leci destacou ainda que aqueles que dizem que a tarifa da água vai ser reduzida com a privatização estão mentindo. "Eles dizem que a conta de água vai baixar com a privatização. Isso não é verdade. Ao contrário, o que temos visto em todas as privatizações é o aumento da tarifa e a piora do serviço", alertou.

Privatizada quer esfolar população com aumento de mais de 44% na conta de luz dos amapaenses

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou que a concessionária privada execute um aumento médio de 44% para os consumidores previsto a partir do dia 13 de dezembro.

A Aneel sugeriu reajustes por grupos de consumo: consumidores residenciais, 43,90%; clientes de alta tensão, 43,71%; e clientes de baixa tensão, 46,70%, com um efeito médio ao consumidor de 44,41%. Enquanto isso, no restante do país, o percentual de reajuste tarifário deverá flutuar entre 15% e 25%.

A Equatorial Amapá é responsável pela distribuição de energia elétrica a 211 mil unidades consumidoras em 16 municípios amapaenses. Antiga Companhia de Energia do Amapá (CEA), até então estadual, foi privatizada em junho de 2021 na gestão do então governador Waldez Góes.

Em 3 de novembro de 2020, cerca de 90% da população do Amapá, espalhada por 13 municípios, estava vivendo o início de um dos maiores apagões da história do país, que se arrastou ao longo dos 22 dias seguintes, dos quais os quatro primeiros em escuridão total e o restante sob regime de rodízio.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu com o governador do Amapá, Clécio Luís (foto), a buscar uma solução para evitar o reajuste tarifário de energia elétrica do estado, previsto em 44,41% em média. A nova tarifa – aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – deve passar a vigorar a partir de 13 de dezembro deste ano.

Lula e Clécio reuniram-se na quinta-feira (23), no Palácio do Planalto, em Brasília. "Ele [o reajuste] não cabe no bolso do amapaense, ele não cabe no bolso do amazônida que mora no Amapá, ele vai ter um efeito devastador na economia e na condição social do Amapá. Ele é um reajuste que sinaliza para o que vai acontecer com o Brasil nos próximos anos, em uma previsão de cerca de 120% de reajuste tarifário no Brasil inteiro", disse o governador do Amapá em conversa com jornalistas, após a audiência.

Segundo o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, também ex-governador do Amapá, Lula deu "apoio integral" ao apelo de Clécio Luís. Explicou que a busca é por uma solução não apenas para o Amapá, mas para todo o Brasil.

‘Por lucro máximo, Enel prevarica na manutenção e causa apagão recorde’

Chicão, presidente do Sindicato, e Carlos Pereira, redator especial do HP

Rede elétrica em São Paulo “nunca esteve tão precarizada”, denuncia Chicão, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo

Eduardo Annunciato Chicão, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia e Meio Ambiente, afirmou, em entrevista ao HP, que a rede elétrica em São Paulo “nunca esteve tão precarizada”. Para o dirigente sindical, depois da privatização, para reduzir custos, a AES Eletropaulo, depois ENEL, monopólio da energia em São Paulo, “praticamente extinguiu a manutenção preventiva”. Isso quer dizer que a sensibilidade para se antecipar aos problemas na rede é baixíssima, explicou. O dirigente sindical deu como exemplo uma situação em que “se uma árvore cai e parte um fio, ele fica faiscando no chão, a energia não é desligada. E isso coloca em risco a população e o próprio sistema”.

Segundo Eduardo, “antes da privatização, antes de 1998, a filosofia era outra. Você entrava numa sessão, eram 20 caminhões de manutenção e dois de corretiva. Hoje, quando muito, é o contrário. Falta manutenção preventiva. Falta confiabilidade no sistema. Rede elétrica sem confiabilidade não funciona. Dá pane e vai dar crise mais para frente. O caos é instalado e, para recuperar, leva tempo. Porque o problema foi causado ao longo do tempo”, avaliou.

Chicão declarou à que a empresa foi avisada pelo sindicato da eminência do apagão. “Eu mesmo comuniquei em reunião com a diretoria da empresa do alto risco de um apagão”.

Para o presidente dos eletricitários paulistas, a privatização do setor energético, principalmente da Eletrobrás, coloca em cheque a meta do presidente Lula de desenvolver o país com base em energia limpa e renovável. Avalia que o Brasil tem essa capacidade. “Mas seria necessário um planejamento no interesse público. Privatizada, a Eletrobrás é um monopólio privado, sem concorrência, voltado para o lucro e sem nenhum controle do Estado”.

Chicão considera que “chegou a hora de discutirmos o uso da energia nuclear. Dominamos a tecnologia de 3ª geração. É completamente seguro. Não tem nada a ver com Chernobyl ou Japão, que só dispunham de tecnologia de 1ª geração. Aqui no Brasil temos técnicos extremamente qualificados”.

Chicão, presidente de um dos maiores e mais poderosos sindicatos do país, vai participar da mesa do seminário “A reconstrução nacional e o papel dos sindicatos”, promovido pelo Instituto Claudio Campos, em parceria com a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e apoio da Fundação Maurício Gabrois, que se realizará no dia 5 de dezembro, a partir das 18h. O Seminário poderá ser acompanhado presencialmente, na sede da CTB, à Rua Cardoso de Almeida, 1843, Perdizes (SP), ou por videoconferência. Rosanita Campos, presidente do Instituto, informou que o Seminário homenageará o dirigente comunista histórico Sérgio Rubens. Na data, fará dois anos de seu falecimento.

CARLOS PEREIRA

Trabalhadores dos Correios conquistam acordo com empresa e suspendem greve

Após pressão e decisão de greve da categoria, a direção dos Correios apresentou uma nova proposta de acordo, e os sindicatos filiados à Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios (Findect) suspenderam a paralisação marcada para ter início nesta quinta-feira (23).

A direção dos Correios apresentou um termo corrigindo 12 das 26 demandas do Acordo Coletivo que vinham sendo cobradas pela entidade, incluindo a mais importante delas, o reajuste salarial de 250 reais para os empregados que recebem até 7 mil mensais a partir de janeiro de 2024. Outra pauta importante, também corrigida pela empresa, é a concessão de um crédito de 1.500 extra no vale alimentação.

A greve havia sido aprovada em assembleia dos sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão e Tocantis, filiados à Findect, na tarde de quarta-feira (22), como resposta ao que a federação chamou de recusa dos Correios em resolver questões relacionadas à assinatura do acordo coletivo.

Sobre o novo acordo apresentado pela empresa, os sindicatos de São Paulo e do Tocantis se reúnem esta noite para deliberar sobre o tema. De acordo com Elias Diviza, vice-presidente da Federação e presidente do Sindicato de São Paulo, assim como os outros estados, a orientação será a de que os termos sejam aprovados.

“A luta vale mesmo a pena! Depois de dois meses tentando dialogar com os Correios, esgotando todos os recursos de negociação possíveis e sem nenhuma proposta do presidente, Fabiano dos Santos, a categoria já estava preparada para iniciar greve por tempo indeterminado na Black Friday.”

“Mas na noite desta quarta (22), a ECT enviou o documento que contém a correção das inconsistências apresentadas pelo Sintect-SP e Findect. De acordo com o documento, a empresa se compromete a corrigir cláusulas de grande importância para os trabalhadores”, afirma Diviza.

Greve dos auditores fiscais da Receita por cumprimento de acordo salarial paralisa Carf

Em greve nacional desde segunda-feira (20), os auditores fiscais da Receita Federal paralisaram as sessões de julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), marcadas para esta terça-feira (21). A mobilização dos servidores reivindica o cumprimento de acordo salarial firmado em 2016, com a garantia do pagamento de bônus de eficiência e produtividade para a categoria.

“Já são sete anos de espera, inúmeras reuniões, assembleias, atos públicos, ações de mobilização com repercussão nacional e expectativas frustradas. Nada disso, entretanto, parece ter sido capaz de sensibilizar o governo a tomar as medidas necessárias para garantir o pagamento do bônus, um direito assegurado por lei”, afirma o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional).

De acordo com os auditores, o governo assinou, em junho, um decreto regulamentando o direito acordado em 2016. O decreto determina o percentual de “até 25%” do valor total arrecadado para o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), “limitado aos montantes previstos no projeto de lei orçamentária anual”, como base de cálculo para a definição do valor global do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira.

Em carta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os auditores fiscais afirmam que esses dispositivos inseridos no decreto limitam a garantia do benefício, situação que se agrava diante das ameaças de cortes orçamentários, principalmente na Receita Federal, no próximo ano. Veja abaixo, trecho da carta:

“Como é do seu conhecimento, no acordo firmado com os Auditores-Fiscais em 2016, o Estado brasileiro se comprometeu a implementar, desde aquele ano, um bônus de eficiência para o qual o montante de recursos destinados corresponderia a 25% do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf).

Assim, há claro erro na redação do Decreto 11.545. Se o acordo firmado define que os recursos correspondem a 25% do valor do Fundaf, é incabível a expressão ‘até 25% do Fundaf’.

Ainda há outra alteração relevante que precisa ser feita no texto do Decreto: retirar as condições ‘limitado aos montantes previstos no projeto de lei orçamentária anual’, do parágrafo 2º do art. 8º; e ‘observada a disponibilidade orçamentária’, do parágrafo 3° do mesmo art. 8°, bem como a suprimir o Inciso V, do art. 13, do decreto. A categoria deliberou, em assembleia, a inclusão dessas alterações na pauta mínima de reivindicações, com objetivo de garantir o valor previsto na Portaria MF 727/2023 para o pagamento do bônus para os anos subsequentes.

Igualmente, mesmo após a edição do Decreto 11.545/2023, observamos que não foram reservados os recursos necessários para o cumprimento da integralidade do Plano de Aplicação do Fundaf, constantes da Portaria MF 737.2023, no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado ao Congresso Nacional para execução no ano de 2024”.

Diante desse cenário, ressalta o Sindicato, “os Auditores e Auditoras-Fiscais entram em greve por tempo indeterminado, reivindicando dois pleitos bem específicos: alterações no texto do Decreto 11.545/2023, com a retirada dos entraves ao pagamento do bônus de eficiência, e o cumprimento integral do Plano de Aplicação do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) para o ano de 2024, aprovado pela Portaria MF 727/2023”.

PRECARIZAÇÃO

Os servidores denunciam ainda a precariedade do órgão e do auditor fiscal, “cargo que possui a atribuição imprescindível de arrecadar recursos para o custeio do Estado e das políticas públicas que são vitais para a população”.

“A falta de estrutura nas unidades da Receita, sobretudo na Aduana, onde muitas vezes o Auditor-Fiscal é o único representante do Estado, é outra consequência gritante desse descaso. De norte a sul do país, o que se vê é o retrato da precariedade e do abandono”.

Debate sindical inédito: “A reconstrução nacional, os sindicatos e a democracia”

O que pensam as mais destacadas lideranças sindicais do país? Qual o papel na reconstrução nacional que atribuem aos sindicatos que dirigem? Por que Temer e Bolsonaro tentaram sufocar financeiramente até a morte a estrutura sindical e esvaziar sua capacidade de negociação em nome da categoria? O sistema confederativo e de unicidade sindical estão em risco? O que tudo isso tem a ver com o Projeto Nacional de Desenvolvimento? Essas e outras questões estratégicas, como a questão da energia, serão debatidas por quem as vive no dia a dia.

O Instituto Cláudio Campos, presidido por Rosanita Campos, realizará no próximo dia 5 de dezembro, às 18 horas, o Seminário O Governo Lula, a Reconstrução Nacional e o Papel dos Sindicatos em parceria com a CTB (Central de Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil). O evento acontecerá de forma híbrida, presencial na sede da CTB e on-line para os que quiserem acompanhar pela internet. Na oportunidade será homenageado Sérgio Rubens de Araújo Torres, dirigente do PCdoB e sócio número um do Instituto. Sérgio faleceu nessa data há dois anos.

Adilson Araújo, presidente da CTB, que participa da primeira mesa, A reconstrução nacional, o investimento público e a reindustrialização, afirmou ao HP que “a reforma trabalhista deu formato de lei ao trabalho análogo à escravidão” e a “a reforma da previdência feriu de morte a aposentadoria”. Segundo Araújo, “o apoio ao presidente Lula é uma necessidade. Vamos ter que ampliar a pressão e colocar para fora o Campos Neto. Vamos fazer o Haddad ouvir que não dá para ficar subalterno ao Centrão. A mediação desta mesa será de Sabino Bussanello, assessor de formação sindical da Federação dos Trabalhadores na Indústria Santa Catarina (FETIESC) e coordenador do Fórum Sindical Ampliado (FSA).

Para Moacyr Auesvald, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores) e convidado especial para falar aos delegados do 8º Conselho Nacional da CTB, “a vida é feita de corpo e alma. Tiraram o corpo, mas permanece a alma. De vez em quando, no meio das discussões, se fala que o movimento sindical será representado pelas centrais. E quando se fala isso, vai para o saco a unicidade sindical”. Moacyr declarou também que “tem tido conversas memoráveis com Adilson, presidente da CTB”.

Juruna, secretário-geral da Força Sindical, também será palestrante e afirma que “os sindicatos têm papel fundamental na reconstrução do país depois do retrocesso promovido pelos governos Temer e Bolsonaro. Precisamos manter firme esta luta frente à desconstrução que vivemos. Incentivar a reindustrialização com toda a cadeia econômica que ela fomenta e, sobretudo, garantir e ampliar, através da CLT e da convenções coletivas, os direitos dos trabalhadores”.

Chicão, presidente da Federação dos Trabalhadores em Água, Energia e Meio Ambiente, convidado especial para discutir a situação energética do país, considera que o recente apagão é consequência da privatização: “Quando o objetivo central é o lucro máximo a manutenção preventiva vira custo secundário”.

A segunda mesa, A unidade sindical, emprego e salário, será mediada por Nivaldo Santana, secretário de Relações Internacionais da CTB e secretário Nacional Sindical do PCdoB. Serão palestrantes Carlos Müller, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, Flavio Werneck, da Federação Nacional dos Policiais Federais, e José Reginaldo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, para quem “não há reconstrução nacional sem a participação do sindicalismo laboral. Numa sociedade demarcada por um ciclo ascendente de injustiça e desigualdade social, desconhecer o papel sindical para contrapor essa realidade é negar a história e própria reconstrução nacional”.

Para Carlos Müller, “o presidente Lula deve, com urgência, tomar medidas trabalhistas como o aumento real do salário mínimo, acabar com as formas de trabalho precário, possibilitadas pela reforma de 2017, como o injusto trabalho intermitente”, em que o empregado fica à disposição, mas só recebe pelas horas trabalhadas. O dirigente sindical considera urgente regulamentar as atividades profissionais por aplicativo, “para que esses trabalhadores tenham acesso à aposentadoria e outros direitos garantidos, assim como a ultratividade dos acordos e convenções precisa existir”, ou seja, enquanto não há acordo, vale o acertado na convenção passada.

C. P

Para engenheiro, “apagões causados por concessionárias em fim de contrato favorecem reestatizações”

O engenheiro eletricista Ikaro Chaves, ex-dirigente sindical e ex-conselheiro eleito do Conselho de Administração (Consad) da Eletronorte, uma subsidiária da Eletrobrás, cobrou uma atitude mais contundente por parte do governo em relação aos desmandos das empresas privatizadas de energia que estão frequentemente deixando os consumidores brasileiros na escuridão.

“Quem diria!? O prefeito de São Paulo, o bolsonarista Ricardo Nunes, veio a público defender a cassação da concessão da Enel. É o governo federal, responsável de fato por aquela e por todas as demais concessões de energia elétrica do país, o que faz?”, indagou Ikaro.

“Por incrível que pareça, o Ministério de Minas e Energia (MME) está propondo a renovação da concessão da Enel-SP e outras 19 concessões que vencerão até 2031 por mais 30 anos!”, afirmou.

O ex-sindicalista destacou que “essas concessões, em estados como SP, RJ, ES, CE, PA, MT, MS, PB, MA e outros, correspondem a mais de 60% da população brasileira e são resultado do início do processo de privatização nos anos 90”.

“Ao mesmo tempo em que parlamentares do PT e de outros partidos governistas criticam as privatizações no setor elétrico, o governo Lula, diante da oportunidade histórica de rever o fracassado modelo privatista e tendo diante de si a oportunidade de relicitar essas concessões ou mesmo retomá-las para o Estado, propõe nada menos do que renovar por mais 30 anos o direito das atuais empresas continuarem explorando o serviço e infelicitando nosso povo”, observou.

Para Ikaro Chaves, “a situação de sucessivas crises no setor elétrico em vários estados seria a oportunidade ideal de colocar novamente o Estado para tomar conta desse serviço essencial, seja criando uma empresa federal de distribuição, seja colocando a ENBPar [Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional] para tomar conta desse serviço ou mesmo entregando-o para uma Eletrobrás reestatizada”. “Seria uma reestatização sem quebra de contrato, sem questionamento judicial e sem ter que desembolsar recursos públicos”, acrescentou.

“Mas a julgar pelo que propõe a consulta pública 152/2023 do MME, a Enel e outras empresas do setor receberão, como prêmio pelos péssimos serviços, mais 30 anos para explorar o serviço e os consumidores, sem ter que pagar nada em troca”, denunciou o sindicalista.

“Não adianta ser contra a privatização só nas redes sociais. Quando se dispõe de instrumentos é preciso usá-los para corrigir as falhas do falido modelo privatista e mercantilista do nosso setor elétrico”, defendeu.

Imagem de vídeo

Prisioneiros de Israel retornam aos lares

Trégua na Faixa de Gaza foi prorrogada por dois dias

O ministério das Relações Exteriores do Catar anunciou nesta segunda-feira (27) que um acordo foi alcançado para estender por mais dois dias a trégua em Gaza.

"O Estado do Qatar anuncia, como parte da mediação em curso, que foi alcançado um acordo para estender a trégua humanitária por dois dias adicionais na Faixa de Gaza", registrou no X o porta-voz Majid Al Mansari.

O Hamas disse que a trégua se estendeu em acordo com o Catar e o Egito, já que Israel havia dito que estava aberto a estender a pausa nos combates em troca da libertação de mais prisioneiros mantidos em Gaza.

O secretário-geral das Nações Unidas (ONU), Antonio Guterres, disse que a prorrogação da trégua em Gaza é um "vislumbre de esperança e humanidade no meio da escuridão da guerra"

Em uma conferência de imprensa na sede da ONU, em Nova Iorque, Guterres disse esperar que essa prorrogação permita a entrega de mais ajuda à população de Gaza.

"Espero sinceramente que isto nos permita aumentar ainda mais a ajuda humanitária à população de Gaza que tanto sofre, sabendo que mesmo com esse tempo adicional, será impossível satisfazer todas as necessidades dramáticas da população em Gaza", disse.

A trégua de quatro dias que se encerraria à noite desta segunda-feira interrompeu sete semanas de genocídio e devastação em Gaza, permitindo que 117 mulheres e crianças palestinas fossem libertadas em troca de 58 cativos, entre israelenses (39) e estrangeiros (19).

"Um acordo foi alcançado com os irmãos no Catar e no Egito para estender a trégua humanitária temporária por mais dois dias, com as mesmas condições da trégua anterior", disse um porta-voz do Hamas em um telefonema com a Reuters.

Antes das declarações, a chefe do Serviço de Informação do Estado do Egito, Diaa Rashwan, havia dito que um acordo de extensão estava próximo e incluiria a libertação de 20 reféns israelenses entre os capturados pelo Hamas durante seu ataque de 7 de outubro ao sul de Israel. Em troca, mais 60 prisioneiros palestinos mantidos em prisões israelenses seriam libertados, disse ele.

Sob intensa pressão internacional – o repúdio nas ruas ao genocídio e limpeza étnica – e interna – contra o desprezo pela sorte dos reféns -, o regime de Netanyahu se viu forçado a contragosto aceitar a trégua de quatro dias, depois de os EUA, em cada discussão no Conselho de Segurança da ONU, terem vetado qualquer referência a um cessar-fogo.

Por sua vez, o chefe do bureau político do Hamas, Ismail Haniyeh, o acordo de quatro dias de trégua foi resultado de duras negociações. "O inimigo apostou na restauração dos cativos por meio de armas, matança e genocídio. Mas depois de quase 50 dias, o inimigo se curvou às condições de resistência e à força de vontade de nosso bravo povo".

NAKBAS DE 1948, 1967 E 2023

A ocupação colonial aberta de terras palestinas, cometida por Israel sem qualquer disfarce desde 1967 e, já antes, sob o Nakba de 1948, e a recusa ao Estado Palestino soberano, viável e com Jerusalém oriental como capital – uma trama que inclui até mesmo o assassinato do então primeiro-ministro Yitzak Rabin, que assinara com Yasser Arafat os Acordos de Oslo -, e um sistema de apartheid que só fez se estratificar desde então, a insistência no racismo contra árabes, são a causa de fundo do "conflito" e da "questão palestina", que agora voltou a explodir no 7 de outubro.

Mais de 800 mil fanáticos israelenses assaltaram terras palestinas na Cisjordânia, com proteção e subsídios do regime israelense.

75% dos habitantes do enclave são netos ou bisnetos das famílias palestinas expulsas de suas casas em 1948, na Nakba. Como se sabe, o Hamas não existia em 1948, nem em 1967.

Um ministro de Netanyahu chamou a revanche atual no enclave palestino de "Nakba de Gaza".

Como salientou o secretário-geral da ONU, um personagem extremamente comedido, Antonio Guterres, o ataque de 7 de outubro foi precedido por 56 anos de "ocupação sufocante" e a atual investida de Israel está transformando Gaza em um "cemitério de crianças".

A incursão colonial israelense já matou em sete semanas quase 15 mil palestinos – dois terços, crianças e mulheres – e avalia-se que 6 mil, dados como desaparecidos, estejam sob escombros. Nem hospitais, escolas da ONU, mesquitas e prédios residenciais escaparam às bombas e tiros de tanque israelenses. 1,7 milhão de pessoas foram expulsas de seus lares pelas bombas e mísseis israelenses. Metade desses lares foi arrasada até o chão.

Em uma 'punição coletiva' e, portanto, crime de guerra sob a lei internacional, sob a jurisprudência de Nuremberg, o cerco israelense cortou o acesso de 2,3 milhões de moradores de Gaza à água, à eletricidade e combustível, à comida e aos remédios. Mais de uma centena de funcionários da ONU e 57 jornalistas foram mortos em Gaza desde 7 de outubro, entre outros crimes de guerra cometidos .

Multidão em Ramallah celebra a libertação de prisioneiros palestinos

AA

Ônibus com palestinos libertados é recebido com festa ao chegar da prisão

Festas com bandeiras, fogos e brados de vitória pela libertação dos prisioneiros desafiam a proibição do ocupante israelense e tomam conta da cidade palestina

Buzinaço, bandeiras e brados de vitória desafiam proibição do ocupante israelense e tomam conta da cidade palestina em intensa vibração com a chegada do ônbus com mulheres, crianças e adolescentes palestinos.

Com lágrimas nos rostos, abraços e manifestações de alegria, jovens e mulheres palestinos foram recebidos neste domingo (26) por seus familiares em Jerusalém Árabe e na Cisjordânia no terceiro dia de cessar-fogo na Faixa de Gaza e de libertação de prisioneiros que estavam sequestrados nas prisões israelenses por lutarem pela libertação da Palestina.

FESTA EM RAMALLAH

Uma multidão tomou conta da cidade de Ramallah, na Cisjordânia palestina para comemorar a chegada do terceiro grupo com mais mulheres, crianças e adolescentes de um total que agora já chega 117 prisioneiros. A maior parte dos prisioneiros, 21 deles, foi liberado da prisão Al Moskbiya situada na Jerusalém ocupada, para se encontraram com seus pais, mães e irmãos.

O ônibus com os palestinos liberados avançou lentamente em meio à multidão em festa desde a prisão israelense de Ofer até chegar à Praça do Mártir Yasser Arafat no centro de Ramallah.

Ao lado das muitas bandeiras da Palestinas, do Fatah e do Hamas, foram erguidas faixas exigindo a libertação de todos os prisioneiros palestinos, das masmorras da ocupação israelense.

A recepção tem crescido a cada dia de libertação de presos e a festa popular acontece em desafio às autoridades da força de ocupação que ameaçaram os palestinos para, em vão, tentar impedir a comemoração pela libertação de compatriotas, tornados reféns, em grande parte há anos, pelo regime de ocupação e apartheid israelense e agora livres.

EXPECTATIVA

No segundo dia de trégua, a liberação das mulheres e crianças (são consideradas crianças, os jovens até 19 anos) palestinas foi adiada por horas quando o Hamas denunciou que Israel descumpria o acordo de cessar-fogo e troca de prisioneiros ao impedir, conforme o combinado, a chegada de caminhões com mantimentos à região norte da Faixa de Gaza.

Nas prisões israelenses estão encarcerados 7.200 presos políticos palestinos, dos quais centenas na condição da chamada "prisão administrativa", através da qual o ocupante israelense mantém palestinos presos sem julgamento ou sequer acusação formalizada e, portanto, sem acesso a defesa jurídica. Muitas crianças estão nesta condição;

Ato em Tel Aviv exige a manutenção da trégua

Hamas cumpre acordo e libera israelenses

A liberação dos israelenses atrasou depois que o Hamas denunciou que Israel descumprira com o acordado, impedindo a chegada de caminhões com víveres e mantimentos ao norte de Gaza. A expectativa agora é pela libertação da segunda leva de mulheres e crianças prisioneiras em Israel

A liberação de 13 israelenses detidos pelo Hamas se deu à meia-noite da hora local, 18:00 de Brasília. A entrega atrasou pois o Hamas denunciou que Israel estava descumprindo o combinado e barrando a chegada de caminhões com mantimentos ao norte da Faixa de Gaza.

Em um primeiro momento o governo de Netanyahu ameaçou retomar os bombardeios ao invés de cumprir com o acertado. Houve intervenção do Egito e do Qatar para garantir o cessar-fogo e a troca de prisioneiros.

O encontro dos familiares dos israelenses que estavam detidos tem se dado nos hospitais para onde são levados e onde, segundo relatos médicos, chegaram em boas condições físicas.

ATO EM TEL AVIV

Em Tel Aviv, 100 mil pessoas se uniram aos parentes dos ainda detidos em Gaza para pedir "libertem a todos". Essa resistêcia interna foi o que impediu o governo Netanyahu, junto com os fanáticos Gvir e Smotrich, de seguir barbarizando em Gaza e colocando em risco a vida dos israelenses detidos.

Na véspera, tropas israelenses já haviam rompido o cessar-fogo quando atiraram em palestinos que aproveitaram a trégua para retornar a suas moradias que porventura permanecessem de pé ao norte de Gaza. Dois palestinos morreram e 11 ficaram feridos sob as balas israelenses.

PRESSÃO MUNDIAL

A pressão mundial é para que, após essa trégua prevista para quatro dias, ela se estenda e se chegue a um cessar-fogo mais amplo, abrindo passo para a retomada de negociações com vistas à Solução dos Dois Estados, ou seja, o estabelecimento do Estado da Palestina com a retirada dos colonos que se estabeleceram em terras assaltadas aos palestinos desde 1967.

A dificuldade reside no fanatismo que norteia o atual governo encabeçado por Netanyahu, cuja principal meta é avanço da limpeza étnica da Palestina, o que está na raiz do atual recrudescimento do conflito e a devastação sem precedentes na Faixa de Gaza.

A expectativa também era pela segunda leva de mulheres e crianças palestinas a serem soltas das masmorras israelenses. Os palestinos da Cisjordânia se preparam para receber seus parentes e amigos com comemoração.

Marchas atravessaram Londres, Manchester e Leeds para exigir fim do genocídio em Gaza

Centenas de milhares de manifestantes tomaram as ruas de Londres, Manchester, Leeds, Glasgow e outras cidades da Inglaterra e Escócia, neste sábado (25), em apoio aos palestinos, exigindo um cessar-fogo duradouro em Gaza.

Em Londres, dezenas de milhares de pessoas saíram do Park Lane em direção a Whitehall, distrito central da capital inglesa, portando bandeiras palestinas e faixas com frases como "Parem de bombardear Gaza" ou "Acabem com o cerco".

O diretor da Campanha de Solidariedade à Palestina (PSC), Ben Jamal, afirmou: "Tem havido um grande esforço político por parte de vozes pró-Israel, inclusive no governo, para difamar os protestos contra a guerra como marchas de ódio, mas não vamos parar". "Em resposta, a polícia impôs hoje uma ridícula regra de repressão que lhes dava o poder de prender qualquer pessoa que chegasse cedo ou saísse tarde da região central, independentemente do que estivesse fazendo", denunciou.

O líder nacional da Coligação Stop the War (Parem a Guerra), John Rees, assinalou: "Isto é policiamento político e é quase certo que nada disto será aplicado à marcha em apoio a Israel".

No noroeste de Inglaterra, os manifestantes se reuniram diante de sucursais do Barclays Bank devido ao envolvimento financeiro do banco em empresas que fornecem armas a Israel.

John Nicholson, da Campanha de Solidariedade com a Palestina de Manchester, informou que os protestos obrigaram a suspensão de atividades de oito filiais do Barclays em Manchester, Stockport, Blackburn, Bury, Oldham, Rochdale, Bolton e Altrincham.

"Todas as agências foram fechadas como resultado dos protestos", disse Nicholson. "Continuaremos a visar o Barclays até que eles parem de investir em armas. Não há trégua na indignação das pessoas com o que Israel está fazendo com Gaza. O que é ótimo é que podemos organizar uma manifestação nacional em Londres e ter todos estes protestos acontecendo fora de Londres ao mesmo tempo", frisou.

Em Manchester, os manifestantes marcharam do Banco Barclays até aos escritórios regionais da Fisher German, uma empresa imobiliária que aluga instalações ao fabricante de armas israelense Elbit Systems, onde realizaram um ato de protesto.

Em Leeds, centenas de médicos e profissionais de saúde se manifestaram nos Jardins Mandela da cidade, condenando a morte de mais de 200 profissionais de saúde nos ataques israelenses a hospitais. O ato foi enriquecido por estudantes que pararam a universidade da cidade na sexta-feira (24) em apoio à Palestina.

Os protestos ocorreram também em toda a Escócia, incluindo Glasgow, Edimburgo, Aberdeen e Dundee.

A Campanha Escocesa de Solidariedade Palestina afirmou: "Há uma pausa no genocídio, mas o povo de Gaza está sofrendo horrores inimagináveis. Eles ainda precisam do nosso apoio."

Os principais hospitais da Faixa de Gaza foram bombardeados por Israel. O último duramente atingido foi o Hospital Indonésio do enclave, na madrugada de domingo para segunda-feira (20). Os ataques já incluíram o atentado que matou quase 500 pessoas no hospital Al Ahli e a invasão e evacuação forçada de outros hospitais, como o Al Shifa, o maior e mais moderno de Gaza, e ainda o principal hospital pediátrico.

MS

Vidas palestinas importam, diz faixa aberta em Glasgow

Libertação de jovens palestinos alerta para prisão de crianças pela ocupação

Mais um grupo de 30 adolescentes deixou as prisões israelenses nesta segunda-feira (27). Eles estavam detidos desde ainda crianças. A recepção por seus familiares foi sempre regada a lágrimas de alegria, particularmente nos rostos de suas mães e pais quando de volta ao lar de onde haviam sido subtraídos em plena infância.

A atual libertação de jovens presos nas masmorras israelenses traz à tona a cruel detenção prolongada de crianças e menores palestinos sob o jugo do Estado de Israel.

Uma libertação que entrou no quarto dia de trégua depois de 50 dias de criminoso bombardeio contra civis na Faixa de Gaza e que trouxe para casa dezenas de presos nesta condição, ou seja, crianças que perderam sua infância sob cárcere da potência ocupante.

De acordo com o levantamento da organização Clube de Presos Palestinos, esses adolescents agora livres nasceram entre os anos 2005 e 2007.

Muitos destes estão presos durante anos por "crimes" como manifestação proibida, pichações ou acusados de atirarem pedras sobre as tropas da ocupação e usurpação.

Levantamentos de organizações de apoio a prisioneiros palestinos mostra que, a cada ano, de 500 a 700 crianças na idade de 12 a 17 anos são presas, interrogadas e muitas vezes levadas a julgamento de onde saem condenas a anos de prisão em Israel.

Atualmente há nas prisões israelenses 7.200 prisioneiros palestinos dos quais 250 são crianças e destas 26 estão presas sem condenação ou mesmo acusação formalizada e, portanto, se noção do tempo que ficarão presas e sem poder recorrer a defesa jurídica.

Um dos presos ainda amargando a cadeia israelense é Ahmad Manasra. Segundo o portal News Arab, em 2015, ele e seu primo foram atacados por colonos em uma agressão na qual seu primo acabou morrendo e ele foi preso por reagir ao ataque.

Ahmad, que tinha 13 anos de idade quando preso, foi submetido a tortura física e psicológica incluindo dois anos de confinamento em solitária.

Ahmed Gharabli/AFP

Ahmad Manasra, quando detido aos 13 anos de idade

Secretário-geral da ONU condena 'massacre de crianças em Gaza'

Funeral de dois jornalistas da TV libanesa Al Mayadin, mortos pelas bombas de Israel

Guerra de Netanyahu contra jornalistas já matou 57 profissionais de imprensa

O Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) – uma entidade que existe desde 1992 e que tem sede nos EUA – denunciou que já chegara a 53 o número de jornalistas mortos na investida de Israel contra Gaza, a imensa maioria deles, palestinos: 46. Agora, o número de vítimas subiu para 57.

Há, ainda, três jornalistas libaneses mortos e quatro israelenses. 11 jornalistas ficaram feridos, três são dados como desaparecidos e 18 foram presos (na Cisjordânia). O que dá mais de um jornalista morto diariamente há seis semanas.

Assim, entre os crimes de Israel em Gaza, além da sua guerra aos hospitais e às crianças, há também a indisfarçável guerra aos jornalistas e à verdade.

Segundo o CPJ, este foi o período mais mortal para jornalistas que cobrem conflitos desde que o grupo de mídia começou a rastrear mortes há mais de 30 anos. A declaração foi prestada pelo coordenador para o Oriente Médio e Norte da África, Sheriff Mansour, em entrevista ao programa Democracy Now, de Amy Goodman.

Para Mansour, é um "apagão de notícias", sob o qual o governo israelense bloqueia "cobertura essencial da mídia" e retém "informações que salvam vidas", na pretensão de emplacar sua guerra de propaganda contra os palestinos que resistem à ocupação.

EXECUÇÕES

No domingo (19), as forças de ocupação israelense mataram aquele que era conhecido como "o padrinho dos jornalistas de Gaza", Bilal Jadallah, que foi colaborador do CPJ e chefiava a Casa da Imprensa do enclave palestino. Ele ajudou a treinar gerações de repórteres e recebeu correspondentes estrangeiros.

Jadallah foi morto por um tanque israelense no bairro de Zeitoun, na cidade de Gaza, quando seguia para o sul, segundo denunciou o Sindicato dos Jornalistas Palestinos.

"Jadallah ajudou o CPJ a documentar um padrão mortal de assassinatos de jornalistas pelas Forças de Defesa de Israel", disse Mansour, para quem ele foi "vítima do mesmo padrão no domingo".

"Sua morte deixa um buraco no cenário da mídia em Gaza, onde jornalistas estão em grave perigo enquanto cobrem a guerra que custou a vida de dezenas de seus colegas", ele acrescentou.

Na terça-feira, a emissora de TV libanesa Al Mayadeen, com sede em Beirute, denunciou a execução de sua correspondente Farah Omar e do operador de câmera Rabih Al Me'mari, logo após relatarem ao vivo o mais recente bombardeio de Israel em Tayr Harfa, sul do Líbano, em um ataque aéreo. Eles tinham acabado de encerrar uma transmissão ao vivo às 10 h (hora local) e um avião israelense disparou dois foguetes contra eles.

PREMEDITAÇÃO

Vários órgãos de mídia – como o canal libanês Al Manar, rede de notícias iraniana Al Alam, o Palestine Chronicle e o Sindicato dos Editores da Imprensa Libanesa (SEIL) – manifestaram sua solidariedade e condolências ao Al Mayadeen e aos familiares de Farah e Rabih, assinalando que "matar testemunhas não matará a verdade".

No dia 13, o gabinete de Netanyahu havia proibido o Al Mayadeen de transmitir na Palestina, alegando se tratar de uma "ameaça à segurança nacional" de Israel.

"Um ataque premeditado que é considerado um assassinato e Tel Aviv tem responsabilidade direta por isso", destacou o Sindicato, acrescentando que o ataque traiçoeiro à equipe do Al Mayadeen "visa silenciar todas as vozes e quebrar todas as lentes que expõem os crimes e massacres" cometidos por Israel. A entidade pediu à União Geral de Jornalistas Árabes e à Federação Internacional de Jornalistas que apresentem uma queixa ao Tribunal Penal Internacional contra Israel.

Anteriormente, outro ataque de Israel no sul do Líbano havia morto o jornalista da Reuters Issam Abdallah e ferido outros dois profissionais da agência inglesa, além de outra jornalista da Al Jazeera.

FAMILIARES MASSACRADOS

Quando o alvo dos ataques israelenses não são os próprios jornalistas, são membros de sua família. Como no caso do chefe do escritório da Al Jazeera em Gaza, Wael Dahdouh, cuja esposa, dois filhos e um neto bebê foram mortos em um ataque ao campo de refugiados de Nuseirat, ao sul, para onde haviam seguido após as ordens de evacuação dadas por Israel. "Eles se vingam de nós através de nossos filhos", afirmou Dahdouh, ao encontrar o corpo sem vida do filho.

Mohamed Abu Hasira, jornalista da agência de notícias palestina Wafa, foi morto em um ataque aéreo em sua casa em Gaza junto com 42 familiares; e Mohamed Al Jaja, consultor da Press-House Palestine, foi morto em um ataque aéreo em sua casa junto com sua esposa e duas filhas no bairro de Nasr, no norte de Gaza.

Leia a íntegra no site da Hora do Povo

Mohamed Abed/AFP

Hospitais sob bombardeio não conseguem atender crianças feridas que não param de chegar

Espanha exorta União Europeia a reconhecer o Estado Palestino o mais rápido possível

O chefe de governo espanhol, Pedro Sánchez, defendeu durante um ato em Rafah, no Egito, nesta quinta-feira (23) que "a comunidade internacional, especialmente a União Europeia [que preside atualmente], tomem decisões sobre o reconhecimento do Estado palestino". Diante do morticínio praticado por Israel contra a população da Faixa de Gaza, ressaltou, seria chave "que muitos membros da UE o fizessem em conjunto, mas se isso não acontecer, a Espanha tomará naturalmente as suas próprias decisões".

Sánchez, em várias ocasiões condenou o reiterado descumprimento pelo governo israelense das resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), pediu que os reféns fossem libertados e dada a permissão de acesso de ajuda humanitária pela passagem de Rafah.

A ênfase do mandatário espanhol foi amparada na declaração do subsecretário-geral da ONU para Assuntos Humanitários de que "68% dos mortos em Gaza são mulheres e crianças". "É o pior que já vi, não digo isso levianamente. É uma carnificina completa".

Sendo assim, enfatizou Sánchez, "acredito firmemente que temos de apelar a Israel para que cumpra as suas obrigações para com o direito internacional".

Durante reunião em Jerusalém com o primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, Sánchez reconheceu o papel do Egito nas negociações do conflito, na complexa operação de troca de reféns e na libertação de prisioneiros, e admitiu o direito de Israel defender-se, "mas dentro dos parâmetros e limitações impostos pelo Direito Internacional Humanitário, e este não está sendo o caso". "A matança indiscriminada de inocentes civis, incluídos milhares de meninos e meninas é completamente inaceitável", ressaltou o líder espanhol, frisando que "necessitamos substituir a violência por paz e esperança".

Assim como Sánchez, o primeiro-ministro belga, Alexander De Croo, que o acompanhou na visita à região, usou o termo "inaceitável" para as atrocidades, defendeu que não há solução militar para o conflito e alertou Israel que a lei internacional precisa ser respeitada.

contundência das denúncias e a conclamação à negociação por parte dos dois mandatários fez com que Netanyahu os condenasse "energicamente" e os acusasse de "apoiar o terrorismo" e de divulgar informações "falsas" contra o estado sionista. Na prática, repetiu contra Espanha e Bélgica o mesmo comportamento já adotado em relação à ONU.

A chamada "solução de dois Estados" implica a criação da Palestina com plenos direitos e independência dos territórios, criminalmente ocupados pelos sionistas em 1967: Cisjordânia, Gaza e Jerusalém.

Este Estado representaria apenas 22% do território do que era a Palestina histórica antes da proclamação de Israel em 1948. Em 1947, 70% da população era palestina e 30% judia. O plano de partilha proposto pelas ONU nesse mesmo ano concedeu 44,8% do território da Palestina aos palestinos e 54,7% a Israel, que a partir de então adotou uma política expansionista, de cerco e aniquilamento da população árabe nativa.

Leia mais no site do HP

Guterres enfatizou que "muitas mulheres e crianças morreram enquanto procuravam segurança nas instalações da ONU, que são invioláveis". Por isso "denunciamos violações [de Israel] ao direito humanitário internacional e à proteção de civis"

"Estamos testemunhando um massacre de crianças [em Gaza] que não tem paralelo ou precedente em qualquer conflito desde que sou secretário-geral", afirmou António Guterres, na segunda-feira (20), numa conferência de imprensa na sede da ONU, em Nova Iorque, na data em que a Organização e o mundo deveriam celebrar o Dia Internacional da Criança.

Guterres disse estar "profundamente chocado" porque como resultado dos ataques, "muitas mulheres e crianças morreram e ficaram feridas enquanto procuravam segurança nas instalações da ONU", cujas premissas são "invioláveis".

Os números registrados nesta quarta-feira (22) pelo Ministério da Saúde de Gaza, que são os utilizados pela ONU, elevaram a 14.180 a quantidade de civis mortos naquele território palestino, sitiado desde 7 de outubro.

Entre o total de mortes há mais de 5.840 crianças e 3.920 mulheres. Os números confirmados pelas autoridades de Gaza não incluem as mais de 6.000 pessoas desaparecidas e que se acredita estarem sob os escombros dos edifícios bombardeados.

Outras 31 mil pessoas ficaram feridas no conflito que deixa mais de 1,5 milhão de deslocados, a maioria habitantes do norte do enclave – a área mais afetada pelos ataques de Israel – que foram forçados a viajar em direção ao sul da Faixa de Gaza.

As declarações líder da ONU ocorreram no contexto de um recente ataque do exército de ocupação israelense a duas escolas da Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos no Próximo Oriente (UNRWA).

O Egito recebeu na segunda-feira 28 crianças prematuras palestinas, das 31 que foram evacuadas do hospital Al Shifa, na Faixa de Gaza, para receber tratamento naquele país, segundo informações do Crescente Vermelho.

Segundo informações da entidade, as crianças, com a saúde muito debilitada por falta de oxigênio e de cuidados médicos, atravessaram a passagem de Rafah, entre Gaza e o Egito, em ambulâncias palestinas e foram recebidas por equipes médicas do lado egípcio da fronteira.

"DOIS ESTADOS"

Quando questionado se foram cometidos crimes de guerra em Gaza, Guterres respondeu que não tinha mandato para fazer essa classificação, mas acrescentou que "denunciamos violações do direito humanitário internacional e da proteção de civis".

Quanto ao caminho a seguir, foi enfático ao afirmar que não acredita que a solução para Gaza seja ser um protetorado da ONU e que, em vez disso, devemos "finalmente avançar de forma determinada e irreversível para a Solução de Dois Estados com os princípios há muito estabelecidos pela comunidade internacional".

Reprodução

Famílias inteiras deixaram seus lares sob ameaça de bombas israelenses

Israel já forçou o deslocamento de 1,7 milhão de palestinos em Gaza, afirma agência UNRWA da ONU

A agência da ONU na Palestina (UNRWA) afirmou que Israel forçou o deslocamento de 1,7 milhão de civis na Faixa de Gaza, representando cerca de 85% da população, e está bombardeando os abrigos para refugiados.

Da população deslocada, 930 mil estão vivendo em 156 instalações da UNRWA, sendo a maior parte nas regiões central e sul da Faixa de Gaza.

Segundo a UNRWA, 160 mil palestinos estão abrigados em 57 escolas da agência na região norte de Gaza, a que tem sido bombardeada e invadida com mais força por Israel.

"A UNRWA não tem acesso a estes abrigos para ajudar ou proteger os deslocados internos e não tem informações sobre as suas necessidades e condições", disse a agência em comunicado.

Israel já bombardeou e matou dezenas de civis nas escolas Al Fakhoura, uma das maiores mantidas pela ONU na Palestina, e Al Jakhoora, no campo de refugiados de Jabalia, que foram transformadas em abrigos. Somente a primeira acolhe pelo menos 4 mil pessoas.

A ONU informou Israel da localização das escolas e pediu que não as atacasse para proteger a população civil, mas o país optou por lançar suas bombas ali, assim como em diversos de hospitais e postos de saúde.

Philippe Lazzarini, comissário-geral da UNRWA informou, na terça-feira (21), que 176 refugiados morreram por bombardeios feitos por Israel contra abrigos, enquanto outras 778 ficaram feridos.

108 funcionários da ONU foram assassinados por Israel.

"O povo de Gaza não está seguro em lado nenhum: nem em casa, nem sob a bandeira da ONU, nem num hospital, nem no norte, nem no sul", avaliou.

"As condições nestes abrigos são indescritíveis. Eles estão superlotados e chocantemente insalubres. Em média, 150 pessoas partilham um único banheiro e 700 pessoas partilham um único chuveiro, quando disponível", disse.

Lazzarini descreveu ainda a falta de água, alimentos e remédios para os civis em Gaza, além da falta de combustível para o funcionamento de hospitais. Israel tem sabotado a entrada de ajuda humanitária.

"O cerco é um castigo coletivo. O ataque à assistência humanitária também é uma punição coletiva", afirmou.

Em menos de dois meses, Israel já matou 13 mil palestinos, sendo que mais de 5.300 eram crianças.

Philippe Lazzarini destacou, em comunicado feito da diretoria da UNRWA, que Israel tem feito incursões contra a Cisjordânia. "Desde 7 de outubro, 200 palestinos, incluindo 52 crianças, foram mortos pelas forças israelenses, além de oito, incluindo uma criança, por colonos", neste espaço da Palestina.

Ex-prisioneiras palestinas relatam "abusos e espancamentos" nos presídios da ocupação israelense

Logo após sua libertação, a ex-prisioneira palestina, Israa Jaabis que integrou o segundo grupo de mulheres e crianças agora em liberdade, denunciou ter sido submetida a "abusos e espancamentos" nas prisões israelenses, em entrevista à rede Al Jazeera.

Um correspondente da Al Jazeera relatou a irrupção da polícia israelense em Jerusalém, na casa de Israa Jaabis, uma das mulheres libertadas, informando que retiraram à força as pessoas de dentro na véspera de sua chegada para ameaçar seus parentes e instá-los a não celebrar a soltura de Israa.

Assim como ela, outra palestina que acaba de ser liberada, Maysoon Al-Jabali, denunciou que nas prisões israelenses os palestinos "são submetidos à violência" e que "restrições impostas pelas autoridades prisionais fazem com que muitos adoeçam lá dentro". Maysoon Al-Jabali, foi detida em 2015 e condenada a 15 anos de prisão.

Ela denunciou que carcereiros israelenses "torturam as mulheres presas através de espancamentos, atirando-lhes spray de pimenta e deixando-as em solitária por longos períodos e ainda com ameaças de recrudescimento da repressão".

"Eles nos disseram que receberam luz verde para fazer qualquer coisa", destacou Maysson.

Já Shorouk Dwayyat, que foi presa em 2015, condenada a 16 anos de prisão e agora liberada no processo de troca de prisioneiros por reféns, denunciou que, nos dias que antecederam a sua soltura, foi submetida a "pressões psicológicas, fome e sede".

As declarações das palestinas coincidem com as palavras ditas pelo ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben Gvir que, na véspera da primeira liberação de palestinos reuniu as autoridades policiais para determinar que os policiais e carcereiros deveriam "agir com punhos de ferro" para inibir, tanto fora das prisões como no interior destas, quaisquer celebrações pela soltura dos prisioneiros.

Todas as três receavam detalhar os abusos sofridos pois manifestaram receio pelo bem-estar dos mais de 7.200 palestinos presos em masmorras espalhadas por Israel.

No dia 25, o da libertação das três prisioneiras entrevistadas pela Al Jazeera, nas proximidades da prisão Ofer, as forças de segurança israelenses usaram bombas de gás lacrimogêneo para dispersar os parentes e impedir as celebrações pela soltura de seus entes queridos, a maioria mulheres e crianças. Pelo menos quatro palestinos foram feridos por tiros.

São todos presos políticos uma vez que estão nesta condição por haverem, de algum modo, lutado pela libertação da Palestina do jugo israelense. São, inclusive, mantidos mais de 2.000 presos na condição denominada de "administrativa", ou seja, sem acusação formal e, portanto, sem julgamento ou previsão de soltura e, com isso, também não podem organizar sua defesa jurídica.

Leia mais no site do HP

Ainda o racismo

O racismo nas abordagens policiais (foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil)

[O texto que transcrevemos abaixo serviu de base à palestra do autor, proferida na União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São Paulo e promovida pelo Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), na passagem do Dia da Consciência Negra.]

HP ESPECIAL

CARLOS LOPES

Agradeço o convite do CNAB, sobretudo do seu presidente, Alfredo Oliveira Neto.

Estive com o professor Eduardo de Oliveira na fundação do CNAB, inclusive quando ouvimos a sugestão de Cláudio Campos, de quem partiu a ideia inicial.

Muitos de nós convivemos com o professor Eduardo – e todos os que conviveram com ele têm histórias maravilhosas que presenciaram e poderiam contar. No meu caso, frequentávamos nossas casas – ele, a minha; eu, a dele. Meus filhos sempre tiveram uma relação terna com ele, assim como a minha mulher.

A pedido do professor, escrevi as teses para os congressos do CNAB – e me orgulho muito disso, embora, infelizmente, não conservei os textos.

Meu assunto, hoje, é o racismo, sobre o qual publiquei, recentemente, um texto razoavelmente longo (v. HP 21/09/2023, **Observações sobre o racismo**).

Não pretendo, agora, repetir *ipsis litteris* o que está nesse texto. Muitos de vocês já o leram e aqueles que não o fizeram podem consultar **Observações sobre o racismo** no site da Hora do Povo.

Permitam-me apenas algumas considerações que proporcionem um arranque para a nossa discussão – inclusive para a possível discordância.

O racismo surge na relação entre povos, ou tribos, ou classes diferentes – evidentemente, com o objetivo de domínio. Por isso é tão inútil e tão errado reportá-lo a uma "estrutura" que é apenas a representação teórica do que é o igual e o mesmo. O racismo não é um problema exclusivamente "interno" ou de origem apenas interna, ainda que possa ser, a partir da subordinação externa, internalizado. É o caso, por exemplo, e evidentemente, do racismo inoculado nas populações periféricas pelo colonialismo – tal como retratado e denunciado pelos martinicanos Aimé Césaire (v. o seu **Discurso sobre o colonialismo**, e, também, **Cahier d'un retour au pays natal**) e Frantz Fanon (v. **Pele Negra, Máscaras Brancas**; **Os Condenados da Terra**; e **Em Defesa da Revolução Africana**).

Porém, na análise dessa questão, é preciso separar escravidão de racismo. Não tenho dúvida – como ninguém tem – de que em nosso país o racismo tem relação direta com a escravidão, com o nosso passado escravista.

Mas escravidão e racismo não são a mesma coisa. Essa confusão somente serviria para nos levar a aplicar ao racismo aquilo que é próprio da escravidão – e, portanto, aliviar o racismo como forma de discriminação de uma pequena parte da população contra a maioria do povo, em prol de um modo de produção, que tem uma lógica econômica própria.

Porém, mesmo na época da escravidão, nós temos a obrigação de explicar porque se destacaram tantos negros ilustres no Brasil.

Tomemos o grande engenheiro e geólogo Teodoro Sampaio, baiano, mas hoje nome de uma das principais ruas de São Paulo, patrono de dois municípios e principal influência brasileira de Euclides da Cunha. Filho de uma escrava e de um padre, Teodoro comprou a alforria dos irmãos. Ele mesmo, nunca foi escravo. Mas foi um dos maiores pensadores e eruditos brasileiros do seu tempo (v., para uma breve visão de Teodoro, HP 13/11/2015, **Teodoro Sampaio e as recordações sobre o amigo Euclides da Cunha**).

Peguemos outro negro, Juliano Moreira, patrono da psiquiatria nacional e introdutor da psicanálise no Brasil. Juliano, apesar de pobre, entrou para a faculdade de medicina da Bahia aos 14 anos – e se notabilizou, entre outros feitos, pelo combate ao racismo dentro da psiquiatria, inclusive em congressos internacionais (v. HP 27/01/2016, **O manicômio antimanicomial e o espírito de Juliano Moreira**).

Vejamos o senador Montezuma (Francisco Jê Acaiaba Montezuma), herói da Guerra de Independência, membro eminente do partido dos Andradas, Visconde de Jequitinhonha, ministro do Império, opositor de Pedro II na política platina e defensor da abolição da escravatura (v. HP 27/08/2022, **Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil**).

Todos eles eram negros – nem se pode dizer que fossem mulatos.

Assim como o maior escritor da época, Machado de Assis, assim como Luiz Gama, José do Patrocínio e outros mais conhecidos.

Como é possível que, em uma sociedade escravista, e uma sociedade em que o escravo era negro, tantos negros tenham se destacado?

Na verdade, algo que distingue o Brasil como formação histórica e social, é que, desde pelo menos o século XVII, houve um sensível contingente de negros que não eram escravos entre a população. As tropas comandadas por Henrique Dias contra os holandeses faziam parte desse contingente. Os dignitários africanos e suas tribos, que, segundo a **História do Brasil**, de Handelmann, foram trazidos pelos portugueses ao nosso país depois da invasão de Angola pelos holandeses, também.

Os países têm diferentes trajetórias históricas. A trajetória histórica do Brasil não é a mesma da África do Sul ou a mesma dos Estados Unidos. Portanto, também o racismo não é o mesmo no Brasil, na África do Sul ou nos EUA.

Entretanto, aqui estamos diante de um importante problema de luta ideológica, isto é, de submissão ou de altivez diante do imperialismo.

Trata-se, se eu posso me expressar desse jeito vulgar, do famoso "complexo de vira-latas" em suas mais variadas formas.

Um dos modos em que ele se manifesta é o de rebaixar a nossa História – e, portanto, o nosso país – porque ele foi construído pela escravidão, pela mão de obra escrava.

Realmente, nosso país foi construído pelo que Nelson Werneck Sodré chamou de "transplantação". Em suma, os brancos e os negros vieram de fora. Somente os indígenas, que foram importantes em várias regiões do Brasil, pela mestiçagem, já estavam aqui.

O signo da nossa formação, como apontaram vários pensadores, foi a miscigenação. Sem esta, sem a mestiçagem, teria sido impossível a formação do Brasil.

Assim, Joaquim Nabuco estava plenamente justificado quando escreveu que a "raça negra" nos deu um povo. Sem ela, o povo brasileiro não existiria.

Isto se verificou não apenas através da escravidão, mas também através da mestiçagem de negros e brancos **livres**, assim como de indígenas.

Examinemos, no entanto, a questão específica do escravismo.

Existe alguma sociedade humana que não tenha, historicamente, base no escravismo?

A civilização grega e a civilização romana eram civilizações escravistas.

Então, por que somente nós temos que nos sentir rebaixados, porque nossa sociedade foi construída pelo escravismo?

Ou, formulando a questão de outra maneira: por que os negros, em nosso país, têm de se sentir humilhados e ofendidos porque seus antepassados foram escravos transportados, em navios negreiros, da África?

Infelizmente, há quem se sinta tão rebaixado por essa condição de seus antepassados, que até propõem uma nada original forma de ocultação semântica: substituir a palavra escravo por "escravizado".

Mas em que isso modifica o caráter do escravismo?

Em nada, assim como em nada modifica a obra de Castro Alves chamá-lo de "poeta dos escravizados" ao invés de poeta dos escravos. Apenas torna o cognome mais ridículo.

Na verdade, esse tipo de identitarismo, ao invés de combater o racismo, o torna mais arraigado ainda, ao enfatizar o termo que quer evitar.

Pois devemos nos orgulhar da obra de nossos antepassados – assim como nos orgulharmos da obra que realizamos depois da Abolição e atualmente.

Nós construímos o Brasil. Devemos, portanto, tomar posse dele, como nossa obra. Aqueles negros ilustres que citamos são alguns dos faróis na edificação do nosso país.

É óbvio que qualquer categoria, qualquer ideologia, que pretenda a divisão do povo brasileiro, é altamente perniciosa à sua trajetória.

No Brasil, ao contrário de outros países, nós, os negros, somos maioria da população. Interessa ao imperialismo e à subordinação que quer impor ao país, que essa maioria da população esteja esmagada, pois assim é mais fácil impor a opressão sobre a nossa nação.

Este é o papel do racismo, um papel essencialmente político.

Supostos conceitos, tipo "racismo estrutural", que pretende transferir o problema para a órbita econômica, como se o racismo fizesse parte das relações de produção capitalistas (isto é, não-escravagistas), ou aberrações como o escandaloso "lugar de fala", que impedem – ou pretendem impedir – que a luta contra o racismo se generalize, escamoteiam o papel político do racismo, e, portanto, abafam a luta contra a subordinação ao imperialismo.

Além disso, quando se fala em "racismo estrutural", estamos tratando-o como um problema exclusivamente interno, na medida em que é parte da "estrutura" do país, portanto, é componente **do país** e não de sua relação com o exterior, com a potência dominante.

O erro e descaminho nos parece claro: a luta contra o racismo é também a luta pela libertação nacional, a luta pelo rompimento das amarras de subordinação ao imperialismo. Não é possível libertação nacional com a conservação do racismo, assim como não é possível o fim do racismo sem a libertação nacional.

É preciso unir o povo – isto é, a população brasileira – para conquistar nossa soberania nacional plena. O combate ao racismo que divide ainda hoje a população brasileira, é, portanto, um imperativo político.

Daí a nocividade do identitarismo – e aqui nos referimos especificamente ao identitarismo, multiculturalismo, pós-modernismo (ou lá que nome tenha) no movimento negro.

No texto que citamos, **Observações sobre o racismo**, apontamos que o identitarismo é, na verdade, a recusa de uma identidade maior, em prol de uma identidade menor e mesquinha.

Resumidamente, o identitário recusa a identidade nacional, pois acredita – ou finge acreditar – que esta a dilui enquanto negro, para aceitar um nicho, exatamente uma suposta identidade enquanto negro.

Trata-se de um engano, pois os negros, como construtores do Brasil, só adquirem significação enquanto negros, dentro da identidade nacional que edificaram.

Foi essa a lição da vida, dos escritos e da ação de Luiz Gama e seus companheiros.

Entrando em outra questão polêmica, que já mencionamos: o Brasil é um país capitalista, ainda que dependente; portanto, nele existe, como predominante, o modo de produção capitalista – e o principal aspecto das relações de produção capitalistas vigentes no país é a dependência em relação às relações de produção da metrópole.

Portanto, o que podemos chamar de "estrutural" dentro do país são as classes sociais oriundas dessas relações.

O racismo tem origem, assim como na relação colonial, nas relações entre essas classes – como é, aliás, o argumento de Jorge Amado, em **Jubiabá**.

Transportar o racismo para a estrutura econômica pura e simplesmente, somente faz com que ele adquira uma aparente solidez, uma aparente fixidez, que ele não tem.

E não tinha já na época da escravidão, onde, evidentemente, era um inevitável componente da estrutura econômica, pois não é possível escravizar outro ser humano sem considerá-lo inferior.

Entretanto, é possível a existência do racismo sem escravidão nos termos que nós a conhecemos. Muitos autores têm levantado as relações entre ingleses e irlandeses, desde o século XVII, como um exemplo. Como vocês sabem, os irlandeses, que são celtas, foram dominados pelos ingleses, anglo-saxões, até o século XX. Ambos os povos são brancos e não poderiam ser mais brancos. No entanto, o racismo dos ingleses em relação aos irlandeses foi ostensivo.

No caso do Brasil, apesar da escravidão ser negra – isto é, o escravo ser africano até 1850, quando o tráfico transatlântico efetivamente terminou – existiram negros livres em posição de destaque na sociedade e a mestiçagem, nas palavras de Caio Prado Júnior, formou o país.

Não pretendo voltar a examinar, aqui, a vida de um Luiz Gama. Ao invés disso, lembro o *lundu*, dança africana que se abrasileirou a partir do século XVIII.

Meu amigo Irapuan Santos, vice-presidente do CNAB e um dos organizadores do evento de hoje, é, aliás, um admirador de Domingos Caldas Barbosa, padre, mulato, filho de uma escrava, compositor de *lundus* e modinhas do século XVIII.

Pois o *lundu* tornou-se a dança dos salões brasileiros – dos salões de gente branca – ainda na época da escravidão.

Sempre achei interessantes, também, as menções de José de Alencar – politicamente, um escravista – ao *samba* em **O Tronco do Ipê**. Essas menções são preconceituosas, mas o fato é que ele não conseguiu deixar de mencioná-lo.

Vejamos o que aconteceu com a Abolição.

Depois de uma gigantesca migração de ex-escravos e seus descendentes, cujo centro foi a capital do país, o Rio de Janeiro, os negros conformaram as Forças Armadas (vide a Revolta da Chibata e outros levantes), a música brasileira (Chiquinha Gonzaga, Pixinguinha, Sinhô, Donga, Dilermando Reis, etc., etc.), inclusive entre os brancos, como Noel Rosa e João Pernambuco, e, de forma geral, a cultura nacional, inclusive a literatura posterior a 1930 (e, claro, o maravilhoso futebol que desenvolvemos).

Existe, hoje, uma intensa subestimação da importância da Abolição da Escravatura, o que, em nossa opinião, é um caso particular da subestimação da História do país – isto é, da subestimação do próprio país.

Certamente, quando o país é subestimado, outro país – a metrópole imperialista – é superestimada. Assim, existem até mesmo aqueles que advogam que o racismo no Brasil é pior que o racismo dos EUA.

Nem mesmo achamos que essa questão merece abordagem, de tão óbvia que parece ser o seu caráter. Se merecer, ela certamente aparecerá no debate.

O que sabemos é o seguinte: a Abolição causou o maior movimento social e de massas que o nosso país vira até então. Acontecimentos como o funeral de Luiz Gama, que mobilizou toda a capital paulista em 1882 – inclusive os escravistas, como notou Raul Pompeia – são raríssimos na história de qualquer país.

O movimento popular pela Abolição foi tão forte, que acabou por derrubar também a monarquia. E não é à toa que passaram a difamar também a República, rebaixada a golpe elitista, esquecendo todo o movimento abolicionista anterior, que, como Luiz Gama jamais esqueceu, era essencialmente republicano. A monarquia, escreveu José do Patrocínio, era a superestrutura da escravidão.

A subestimação da Abolição, entretanto, merece uma consideração: em geral se apela para a situação dos negros após a libertação dos escravos, para afirmar que essa liberdade foi falsa, pois redundou no desemprego e na marginalização.

Isso não é inteiramente verdade, como já demonstramos do ponto de vista cultural – e nem falamos no Carnaval. Porém, é verdade que massas de negros liberadas do trabalho escravo ficaram sem emprego.

Mas essa foi a situação do país durante a República Velha, com uma economia agrária, sob o domínio da oligarquia cafeeira, quase sem indústrias, com uma elite mais europeia que brasileira.

O racismo, durante essa época, correspondia à submissão política do país – isto é, do povo – à parcela governante interna e ao jugo externo, sobretudo das finanças inglesas.

Por essa razão, ele começa a ruir com a Revolução de 30.

O Decreto n.º 19.482, de 12 de dezembro de 1930, conhecido como Lei dos 2/3 ou Lei de Nacionalização do Trabalho, significou a integração dos trabalhadores brasileiros. Essa lei garantia dois terços das vagas aos brasileiros natos em *"empresas, associações, companhias e firmas comerciais, que explorem, ou não, concessões do Governo Federal ou dos Governos Estaduais e Municipais"*. Ao mesmo tempo, barrava a entrada de estrangeiros no Brasil para impedir as altas taxas de desemprego, com o objetivo de *"valorizar o trabalhador brasileiro, muitas vezes, preterido ante o estrangeiro"*.

Isto significou a incorporação de negros – que constituíam os trabalhadores brasileiros – ao mercado de trabalho.

Hoje, existe uma longa e volumosa literatura sobre os negros e sobre o racismo. Não pretendo me estender sobre o assunto.

Apenas, encerraria dizendo que não devemos subestimar as nossas vitórias. Mas, para isso, é necessário chamar as coisas como elas são. Não pretendemos nos isolar como negros – mas, antes de tudo, nos reconhecemos como povo brasileiro, como construtores de uma nação chamada Brasil.

Obrigado.

[O autor finalizou a palestra com sua solidariedade à Palestina e ao povo palestino, vítimas do racismo sionista. Um agradecimento especial ao amigo e companheiro Ubiraci Dantas, também vice-presidente do CNAB e vice-presidente da Central das Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), que, com seu entusiasmo pelo que escrevo, me proporcionou as condições para que, hoje, eu viesse aqui falar a vocês.]